

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DESERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROSIVANE SOUSA DOS PASSO**

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ - CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA:  
PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

**FLORIANÓPOLIS – SC  
2015.1**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ROSIVANE SOUSA DOS PASSO**

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ - CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA:  
PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof.º Claudemir Osmar da Silva

FLORIANÓPOLIS – SC  
2015.1

ROSIVANE SOUSA DOS PASSO

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ - CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA:  
PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Banca Examinadora:**

Presidente: \_\_\_\_\_

  
**Prof. Msc. Claudemir Osmar da Silva**  
Departamento de Serviço Social – UFSC

1º Examinador: \_\_\_\_\_



**Profa. Msc. Cleide Gessele**  
Universidade Regional de Blumenau – FURB

2º Examinador: \_\_\_\_\_

  
**Profa. Dra. Michelly Laurita Wiese**  
Departamento de Serviço Social – UFSC

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
Rosemira e Daniel, que são meus  
alicerces para tudo e por tudo que  
eles representam na minha vida!*

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito especial na minha formação e crescimento profissional. É neste momento que tenho o imenso prazer de agradecer a todos aqueles que estiveram do meu lado durante estes tempos de estudos, dedicação e formação profissional. Agradeço primeiramente a Deus, por mais essa conquista que estou realizando e a graça de ter me dado uma família linda que me apoia insistentemente em cada passo dado, a perseverança para lutar pelos meus sonhos.

Em especial meu pai e minha mãe que além do carinho, amor e incentivo, me ensinaram a valorizar a vida e ter disciplina principalmente nos momentos desafiadores, algo fundamental nesta longa trajetória. Aos meus queridos irmãos e sobrinhos pelo carinho, apoio e a torcida por mim nessa realização. A minha tia Maria, e o meu tio Antônio pelo incentivo em conquistar meu sonho.

Ao meu namorado Diego, pelo incentivo, amor, carinho, compreensão e por me fazer cada dia mais feliz, que com toda paciência acreditou em mim e me ajudou a seguir em frente. Te amo!

Aos meus amigos e amigas, pessoas capazes de transformarem-se em muitas, entre terapeutas e parceiros, capazes de ouvir, rir, brincar, falar sério. Deixando as coisas mais leves e divertidas.

Aos Profissionais do Instituto Padre Vilson Groh, pelos ensinamentos e acolhimento no campo de estágio. A minha querida supervisora de campo Cláudia Fritzke, pelo carinho, conversas, ensinamentos e apoio nesse período de estágio I que foi fundamental para minha formação. A minha quase supervisora Kelly por sua contribuição e auxílio para minha formação profissional. A assistente social Deise, que me auxiliou nos últimos meses da minha caminhada de estágio I com suas dicas e ensinamentos no âmbito profissional. Ao meu Supervisor acadêmico de estágio Helder Boska, pelas conversas, observações e teorias na qual pude refletir e compreender determinados elementos essenciais para minha formação e análise na construção deste estudo.

A minha querida turma 2011.1 e amigos que fiz nesse processo de formação, Francielly Souza, Lenir Konzen, Juliana Steil, Ieda Lalavom, Michele Perreira, Ana Claudia, Marinez Martins, Alessandra Lamell, Edna Zanetta, Maitê do Espirito Santo, Letícia Oliveira, Natália Fonseca, Natália Todeschini, Élide Karine, Mariana Lima, Gisele, Elaine e Ana. Agradeço por esses longos e memoráveis anos de graduação, as conversas, trabalhos que compartilhamos e

muitos fizeram juntas as dificuldades, inquietudes, anseios inerentes ao processo acadêmico. Obrigada, vocês tornaram esse processo mais simples e mais divertido.

Aos professores que estiveram comigo durante os anos de graduação sempre atenciosos e dispostos a me mostrar que posso ir muito além. Em especial professores que marcaram minha trajetória, Ana Maria Baima Cartaxo, Arnaldo Xavier, Cleide Gessele, Dilceane Carraro, Fernanda Roberta Cavalcanti Vasconcelos, Helder Boska Moraes Sarmiento, José Eriberto, Josiane Rose Petry Veronese, Juliane Justino, Kathiúça Bertollo, Liliane Moser, Maria Teresa dos Santos, Micheline, Priscila Gomes, Ricardo Lara, Claudemir Osmar, Tânia Regina Kruguer e Vera Herweg Westphal, Michelly Laurita Wiese.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador Claudemir Osmar da Silva, por aceitar esse desafio de orientar-me, por compreender as minhas necessidades, me deixando muito livre para expor meus posicionamentos e, que de maneira muito cuidadosa, soube clarificar e sugerir novas percepções, mostrando-me outras faces do tema proposto. Além disso, por me auxiliar com sabedoria, paciência e compromisso nesse processo de construção científica e formação profissional.

Aos profissionais que compõem esta banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Cleide Gessele e Prof.<sup>ra</sup> Michelly Laurita Wiese, pela presença e contribuições a minha formação acadêmica, a quem respeito, admiro muito, que são minhas referências no fazer profissional e que tenho um imenso prazer em tê-las presentes.

A equipe do CCEA, pela oportunidade de aprendizagem, conhecimentos, disponibilidades e pela experiência adquirida, colaborando assim para a minha formação profissional. Estando sempre dispostos a ensinar e esclarecer as dúvidas. A minha supervisora de campo de estágio II, Lizandra Vaz pela dedicação, paciência, conversas e aprendizado nessa caminhada que foi essencial. Agradeço aos jovens do Programa Jovem Aprendiz que se disponibilizaram a participar deste trabalho através da pesquisa realizada. Enfim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!

*“É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar, é melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver.”*

**Martin Luther King**

PASSO, Rosivane Sousa dos. **PROGRAMA JOVEM APRENDIZ - CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA: PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

## RESUMO

O presente trabalho consiste na pesquisa sobre os jovens que participam do Programa Jovem Aprendiz desenvolvido pelo Centro Cultural Escrava Anastácia. A pesquisa teve como objetivo geral conhecer e analisar a compreensão dos jovens em relação ao Programa Jovem Aprendiz desenvolvido pelo Centro Cultural Escrava Anastácia. Para responder esse objetivo central, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: resgatar concepção de trabalho; identificar as políticas de proteção e de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho; identificar o significado do trabalho para os jovens e adolescentes e as dificuldades encontradas pelo adolescente quando começaram no Programa; conhecer as atribuições e se o processo de aprendizagem tem contribuído para o seu desenvolvimento profissional e pessoal e averiguar se reconhecem seus direitos enquanto jovem aprendiz. Para alcançarmos a pesquisa, este trabalho discorre sobre temáticas presentes na sociedade, tais como: as questões alusivas à evolução histórica do trabalho e suas principais concepções, bem como as transformações ocorridas no mundo do trabalho e a inserção dos jovens no mercado de trabalho e elementos relativos à juventude às condições de inserção laboral de qualidade dos jovens na sua primeira experiência profissional à Saúde, Lazer, Educação, Família, Qualificação profissional, Empregabilidade. Também realizamos breve resgate sobre estudos em relação ao Programa Jovem Aprendiz na literatura acadêmica desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Catarina. Na última seção deste estudo, apresentamos a pesquisa empírica realizada com 8 (oito) jovens participantes do programa jovem aprendiz do Centro Cultural Escrava Anastácia. No tocante à pesquisa, utilizou-se abordagem quanti-qualitativa de caráter exploratório, e os dados da pesquisa foram obtidos através da utilização da entrevista semiestruturada. As principais considerações que a pesquisa nos permite afirmar são: o Programa é visto como algo “positivo” pelos jovens, pois consideram, em grande parte, que contribui na preparação para o mercado de trabalho, na melhoria das relações familiares e na complementação da renda e maior visibilidade na relação com a escola. Por fim, o Programa Jovem Aprendiz executado pelo Centro Cultural Escrava Anastácia, foi avaliado como “muito importante e essencial na vida desses jovens”, pois está proporcionando aos jovens participantes as tais necessidades evidenciadas pelos mesmos, atuando inteiramente nos impactos quanto à melhoria da sociabilidade dos jovens, também está proporcionado crescimento pessoal e profissional.

**Palavras Chaves:** Juventude, Programa Jovem Aprendiz, Serviço social, Profissionalização, Mundo do Trabalho.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b> - Taxa de ocupação no Brasil em 2015 .....	29
<b>Quadro 1</b> - Monografias e dissertações por autor, orientador e curso de graduação .....	38
<b>Quadro 2</b> – Breve caracterização dos jovens entrevistados .....	55
<b>Tabela 1</b> - Taxa de desemprego no Brasil no ano de 2012.....	30

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>CCEA</b>	Centro Cultural Escrava Anastácia
<b>CEDEP</b>	Centro de Educação e Evangelização Popular
<b>CELESC</b>	Centrais Elétricas de Santa Catarina
<b>CONJUVE</b>	Conselho Nacional da Juventude
<b>CDL</b>	Câmara de Dirigentes Lojistas
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e Adolescente
<b>ELETROSUL</b>	Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil
<b>FETI</b>	Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>FOCAP</b>	Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IEPS</b>	Incubadora Popular de Empreendimento Solidários
<b>IVG</b>	Instituto Padre Wilson Groh
<b>NUFT</b>	Núcleo Formação e Trabalho
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OSCIPs</b>	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PJA</b>	Programa Jovem Aprendiz

<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>SINAJUVE</b>	Sistema Nacional de Juventude
<b>SNJ</b>	Secretária Nacional de Juventude
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 OS JOVENS E O MUNDO DO TRABALHO</b> .....	16
2.1 Concepção de trabalho.....	16
<b>2.2.1 O mundo do trabalho</b> .....	21
<b>2.2.2 O jovem e sua inserção no mercado de trabalho</b> .....	26
2.3 O Programa Jovem Aprendiz na literatura acadêmica.....	37
<b>3 CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA</b> .....	45
3.1 Contextualizações históricas do Centro Cultural Escrava Anastácia .....	45
3.2 Caracterizações do Serviço Social na Instituição .....	48
3.3 O programa Jovem Aprendiz no Centro Cultural Escrava Anastácia .....	50
<b>4 PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE SOBRE A SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	54
4.1 Apresentação dos dados e análise dos resultados .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	70
<b>REFERÊNCIA</b> .....	73
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	80
APÊNDICE - B– TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA MENORES DE 18 ANOS.....	82
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	83

## 1 INTRODUÇÃO

A questão das políticas públicas direcionadas para a juventude e a inserção no mercado de trabalho tem despertado cada vez mais interesses de empresas que buscam pela mão de obra qualificada e dos governos Estaduais, Federais e Municipais que tentam buscar formas mais equilibradas de atender a juventude. É inegável que a juventude vem demandando anseios e direitos que abarcam distintos campos, como a educação, lazer, saúde e trabalho. Entender a juventude é algo desafiador para pesquisadores e estudiosos, e cada vez mais se consolidam nas heterogeneidades, e devem ser levadas em consideração as condições históricas, sociais, culturais, de gênero e socioeconômica entre outros aspectos da vida cotidiana. Dessa forma, a questão da juventude tem emergido como temática expressiva nas últimas décadas, e por tal, análises e estudos vem ganhando força e sendo elaborados nos últimos anos.

O presente trabalho se constitui numa pesquisa realizada com os jovens ingressos no ano de 2014, no Programa Jovem Aprendiz, do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA). A escolha da temática resulta da experiência de estágio obrigatório I de serviço social vivenciado no período de agosto a dezembro de 2014 no Instituto Padre Vilson Groh (IVG). Experiência essa pela qual pude me aproximar do Programa Jovem Aprendiz do CCEA, pois o Instituto presta serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos, serviços socioeducativos, sócio-assistenciais, de ensino fundamental e médio, qualificação profissional a este. No estágio obrigatório II realizado no CCEA no período de março a julho de 2015, permitiu-me a refletir sobre a importância do Programa Jovem Aprendiz na promoção a criação de oportunidades para a formação pessoal dos jovens envolvidos, com vista a inserção ao mercado de trabalho.

Neste sentido, o presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem o objetivo geral de: conhecer e analisar a compreensão dos jovens em relação ao Programa Jovem Aprendiz e sua inserção no mundo do trabalho.

Os objetivos específicos que corroboraram para o desenvolvimento desta pesquisa são:

- a) Resgatar concepção de trabalho;
- b) Identificar as políticas de proteção e de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho;

- c) Identificar o significado do trabalho para os jovens e adolescentes e as dificuldades encontradas pelo adolescente quando começaram no Programa;
- d) Conhecer as atribuições e se processo de aprendizagem tem contribuído para o seu desenvolvimento profissional e pessoal e averiguar se reconhecem seus direitos enquanto jovem aprendiz.

Logo é de extrema importância entender as leis e as políticas que amparam esses programas sociais e os espaços de estágio que os jovens vivenciam e muitas vezes compartilham suas experiências de vida, valores, crenças inquietudes, dúvidas e perspectivas de futuro. Para a concretização desse estudo, usamos como pressuposto teórico o referencial do materialismo histórico e dialético, em que o trabalho é concebido como atividade central da vida humana. Para o desenvolvimento desta pesquisa valemo-nos da abordagem quanti-qualitativa, em que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente”. (MINAYO, 1994, p. 22).

O núcleo de aprendizagem da instituição do CCEA engloba o Rito de Passagem, Programa Aprendiz e Agência de Inserção é formado por uma Assistente Social, um orientador Pedagógico, uma coordenadora, uma assistente de projetos, dois educadores, uma secretária e três estagiárias, de distintas áreas como: serviço social, pedagogia e psicologia. O núcleo do Programa Jovem Aprendiz possui um universo de 103 jovens admitidos nas 26 empresas conveniadas com o Centro Cultural Escrava Anastácia, por conseguinte, é um mundo bem considerável e por tal, optamos por trabalhar com uma amostra de 10 (dez) jovens, sendo dois de cada empresa, das cinco selecionadas.

Como critérios empregados para composição desta amostra, elegemos apenas os jovens que desempenham suas atividades laborativas a mais de seis meses e as empresas selecionadas foram aquelas que possuem um número maior de jovens. As instituições selecionadas foram as seguintes: Bandeiras Advogados, Koerich, Orsegrups, Renner e Ric TV.

Diante a aceção da população a ser entrevistada, foi realizado o contato pessoal com os jovens para verificar seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa, sendo lhes explanados os motivos e garantindo o sigilo das informações obtidas nas entrevistas. Vale ressaltar que os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

concordando com a pesquisa (Apêndice A). E os responsáveis pelos jovens menores de 18 anos assinaram uma autorização permitindo sua participação.

Compreendemos a entrevista, uma técnica com forma de influência mútua social, um diálogo assimétrico, em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas objetivando obter dados que interessem à investigação. Esta técnica de coleta de dados é largamente utilizada no âmbito das Ciências Sociais e bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 1994, p.103).

Quanto ao tipo da entrevista utilizamos como principal técnica de coleta de informações a entrevista semi-estruturada que permite que o “pesquisador organize um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistador fale livremente sobre os assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal” (PÁDUA, 2004, p. 70). A entrevista foi realizada com 8 (oito) jovens que atualmente participam do Programa Jovem Aprendiz no Centro Cultural Escrava Anastácia, pois dois dos jovens não participaram, sendo que um desse não trouxe a autorização assinada pelos responsáveis e o outro não encontrava presente no momento agendado para as entrevistas. Elas foram executadas nas dependências do CCEA. Buscamos realizar essas entrevistas fora do ambiente de trabalho dos jovens para evitar inibição, desta forma as entrevistas ocorreram no dia em que eles realizam o curso de capacitação profissional, sendo de forma individual, nos períodos matutino e vespertino, durante o mês de maio de 2015. Cabe salientamos que, após a aprovação dos jovens entrevistados, as respostas das questões foram reproduzidas na íntegra objetivando uma melhor visualização dos resultados obtidos na pesquisa.

Este estudo está estruturado da seguinte forma: o capítulo primeiro apresenta as questões referentes à evolução histórica do trabalho e suas principais concepções, bem como as transformações sucedidas no mundo do trabalho. Nesse capítulo também se contempla um resgate alusivo sobre as formas de produção em suas diferentes conjunturas históricas, como o taylorismo/fordismo, o toyotismo e a acumulação flexível. O jovem e sua inserção laboral e dados relativos à juventude às condições de inserção laboral de qualidade dos jovens na sua primeira experiência profissional; assim como um breve resgate sobre estudos remissivos ao Programa Jovem Aprendiz na literatura acadêmica pela Universidade Federal de Santa Catarina,

no município de Florianópolis. No segundo abordamos uma breve contextualização da Instituição Centro Cultural Escrava Anastácia, os aspectos da atuação do Serviço Social na Instituição, bem como o Programa Jovem Aprendiz no CCEA.

E por fim, no terceiro capítulo apresentamos a pesquisa empírica realizada com 8(oito) jovens participantes do programa jovem aprendiz do Centro Cultural Escrava Anastácia, e as análises dos dados coletados.

## 2 OS JOVENS E O MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo contempla breves questões alusivas à evolução histórica do trabalho e suas concepções remissivas as relações sociais na sociedade capitalista, contextualizando as transformações sucedidas no mundo do trabalho.

### 2.1 Concepção de trabalho

A perspectiva que adotamos como fundamento desta pesquisa, compreende o trabalho como um processo de transformação, ou seja, é a ideação teológica em que o ser humano usa os recursos da natureza para satisfazer suas necessidades, alterando-a ou transformando-a de acordo com suas necessidades (MARX 2013). Este processo pode ser realizado de maneira direta com as próprias mãos, mas também fazendo uso de instrumentos, ferramentas e máquinas, além de contar com auxílio de animais. Assim, de acordo com Marx (1988), podemos compreender o trabalho, de uma forma social genérica um

[...] processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas sujeito ao jogo de sua força a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais de trabalho (MARX,1988, apud NOGUEIRA, 2011, p. 120).

O processo de trabalho é algo essencial para o ser humano, ao passo que supre as necessidades, transforma a própria natureza humana e mantém-se na efetivação das reações sociais designando para produção social e a reprodução da humanidade. O trabalho é concebido como categoria fundante do ser social e a condição para sua existência. Segundo Antunes (2005, apud BORGES, 2010, p.30-31),

O trabalho mostra-se, então, como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência, e por isso, ponto de partida para sua humanização. Apesar de todos os avanços tecnológicos e das contradições na relação capital/trabalho, a força de trabalho é o componente central imprescindível desse processo, para a produção de mais valia e, portanto, o elemento fundamental dentro do processo de valorização do capital. Por mais restrita e precária que seja a condição do sujeito dentro desse contexto contemporâneo, com fragmentações de tarefas e/ou introdução de novas tecnologias, o trabalho humano ainda permanece, pois a força de trabalho e o saber fazer são recursos inalienáveis dos trabalhadores (ANTUNES 2005, apud BORGES, 2010, p.30-31).

Considerando o ser humano capaz de mudar o contexto, “reagir” e alterar sua condição de mercadoria e assim reafirmar seu efetivo papel de sujeito histórico, dessa forma, o trabalho não pode ser analisado somente segundo aspectos técnicos, pelo seu conteúdo material, mas, deve ser analisado segundo sua forma social histórico-concreta. Não apenas pelas suas diferentes formas e/ou pelo seu aspecto técnico, mas é preciso levar em conta as relações sociais nas quais ocorre. Marx analisa as diferentes formas econômicas e sociais em que o trabalho ocorre, e afirma que as relações de produção se desenvolvem em certas condições técnicas e materiais, mas não podem ser confundidas com elas. Esta é, sem dúvida, a grande contribuição de Marx, a de demonstrar a historicidade das formas sociais e como o processo de produção técnico e material se dá em um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. (RUBIN, 1980).

Levando-se em conta que todo trabalho necessita de consumo de energia física e psíquica, essa energia gasta para a produção chamamos de força de trabalho. Logo, podemos dizer que o trabalho é a implicação da medida da força de trabalho. Além disso, é possível falar da força de trabalho na sociedade de maneira integral, ou seja, nesse caso é possível dizer que o trabalho é tomado em função do trabalhador de forma coletiva, o que pode gerar uma complexa economia levando-se em consideração o nível de divisão de trabalho avançado (MARX, 2013).

Neste sentido, o meio essencial do processo de trabalho é a força de trabalho. Em outras palavras, é o próprio trabalho em ação do trabalhador, objeto e meios de produção adequados ao seu negócio convencionado em proporções variáveis que irão originar na produção de determinada economia. Por um longo período da história, o trabalho restringiu-se apenas a garantir a conservação e a reprodução do homem enquanto espécie, de modo que esses indivíduos foram se desenvolvendo por meio da coleta, ou seja, executando um trabalho de extração da

natureza, cujo objetivo de trabalho era preexistente por natureza como mineração, caça, pesca, o uso do fogo e o pastoreio. A partir do surgimento de novas ferramentas úteis, em sua maioria de pedra, arco e flecha, foi possível avançar neste campo (MARX, 2013).

A comunidade primitiva perdurou por mais de trinta mil anos. Gradualmente, porém, gestaram-se no seu interior os elementos que respondiam por sua dissolução. Entre esses elementos, dois importantes: *a domesticação de animais e o surgimento da agricultura*. Na revolução neolítica o homem tornou-se sedentário, pois por meio da agricultura ele percebe que pode controlar a natureza e se fixa em um lugar. Nesse momento o homem começa a desenvolver, inicialmente, pequenas vilas e com o tempo e a evolução, o trabalho tornando-se cada vez mais organizado e coletivo. Com a possibilidade de plantar e colher, iniciando assim os primeiros passos da agricultura. O homem caçador também passa a ser coletor e observa a natureza. Na medida em que demorava mais tempo em uma determinada região, este se alimentava dos frutos ou plantas das outras regiões, observando como dava origem à planta por meio da semente. Com o processo histórico e com a descoberta da agricultura, que se desenvolveu de forma lenta e gradual, aliado a descoberta das sementes que iam gerando outras plantas, era preciso um novo tipo de trabalho. Os homens sedentários precisavam adaptar seus instrumentos como as armas e ferramentas. Sendo assim, ficando cada vez mais sofisticados, passando a criar técnicas inovadoras para plantar, de modo que a lavoura se tornou razoável para sua alimentação. Com descoberta da aração da terra, o qual era feito antes com as ferramentas primitivas, foram ficando cada vez mais adaptadas as necessidades daquele momento (NETTO; BRAZ, 2012).

A principal transformação residiu no fato de que, nessas comunidades, os resultados da ação do homem sobre a natureza permitiram uma produção de bens que ultrapassava a necessidade imediata da sobrevivência de seus membros. Os progressos no processo de trabalho, as habilidades adquiridas pelos homens, os aperfeiçoamentos de seus instrumentos, o conhecimento da natureza, tornando-se mais produtivo: dele provinha mais bens que os imediatamente necessários à manutenção do grupo. Desse modo começa a surgir o *excedente econômico* e a comunidade começava a produzir mais do que precisa para suas necessidades imediatas (NETTO; BRAZ, 2012).

O surgimento do excedente econômico, que assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas, possibilitando

*acumular produtos resultantes do trabalho humano*. Sendo assim, o artesanato avança e se torna relativamente mais especializado, e não sendo utilizados no autoconsumo da comunidade, destina-se à troca com outras comunidades, dessa forma está surgindo à mercadoria e, com ela, as primeiras formas de troca, assim o comércio vai nascendo. Diante disso, a possibilidade de acumulação abre a alternativa de *explorar* o trabalho humano, posta à exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aquele que produz os conjuntos de bens (os produtos) e aquele que se apropria dos bens excedentes que é fruto de trabalho dos produtores. Essa nova possibilidade histórica emergiu profundas alterações na vida social, na qual era necessária a passagem do nomadismo ao sedentarismo que exigiu o surgimento das primeiras formas da exploração do homem pelo homem (escravismo e modo de produção asiática). Com a divisão da sociedade em classe social torna-se imprescindível a gênese e o desenvolvimento de uma série de complexos para ordenar uma nova forma de reprodução social, com isso surge o Estado (NETTO; BRAZ, 2012).

Nas antigas civilizações, preponderou à concepção de trabalho produtivo que era muitas vezes degradante e em sua maioria exigia muita força física. Essas atividades eram realizadas pelos escravos<sup>1</sup>. O trabalho escravo compreendia nas mais variadas funções: eles podiam ser ourives, podiam trabalhar no campo, nas minas, podiam ser domésticos, remadores de barcos e artesãos. Foi provavelmente na agricultura que se tornou mais nítida a separação entre homens livres e escravos. Nos domínios gregos e romanos, apenas os trabalhos das atividades agrícolas eram reconhecidos como dignos e de valor social, por outro lado esse reconhecimento era negado às atividades do comércio, dos artesãos e das atividades manuais.

A abolição da escravatura do trabalho por séculos se arrastou e mesmo na atualidade é impossível afirmar que desapareceram as situações de escravidão ou de exploração do trabalho, até mesmo nos países de economia avançada. Na Europa, a passagem do mundo antigo para a Idade Média, os escravos foram substituído pelo servo, onde se reconhecia como membro livre da sociedade, no entanto, este membro livre ainda estava vinculado a terra e por tal, obrigado a efetuar o trabalho para o senhor feudal. Logo, esse servo tinha a falsa percepção de ser realmente livre, ou seja, ele era livre desde que acatasse ordens de um superior. A imagem do servo vagarosamente foi caindo em desuso dos países europeus devido a livre circulação de pessoas

---

<sup>1</sup> Escravidão - estado ou condição do escravo, falta de liberdade, sujeição dependência, submissão, ou seja, é um regime social de sujeição do homem e utilização de sua força, explorada para fins econômicos, como propriedade privada. Dicionário Aurélio da língua portuguesa/ Ferreira 2009, p. 794.

aliada ao direito de contratar livremente suas capacidades produtivas. Mas abolir a escravidão na Europa não fez com que ela desaparecesse imediatamente, uma vez que os países deste continente exportaram para o resto do mundo esse comportamento e por isso estes países construíram suas economias coloniais com pilares do trabalho escravo.

A escravidão só foi abolida nos Estados Unidos da América (E.U.A), em 1865 e no Brasil, o último país ocidental a manter este sistema de forma legal, apenas em 1888. Desde o fim do século XIX, o maior problema em relação ao trabalho não era a liberdade e sim a justiça, pois com a revolução industrial se desencadeou a exploração econômica dos trabalhadores assalariados e junto com ela a massificação proletária, o desemprego e a miséria (REALI, 2014).

As condições de trabalho são determinadas de acordo com as relações sociais estabelecidas pautadas com base nos modos de produção da vida material. Os moldes históricos de relações de trabalho: como o primitivo; que surgiu na pré-história que prevaleceu por mais de trinta mil anos, o escravista que, no Ocidente, estrutura-se por volta de 3.000 anos antes de Cristo, configurando o *Mundo Antigo*, que perdurará até a queda do Império Romano; o feudalista, que terá vigência até o último terço do segundo milênio da era cristã; e o capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de *mercadorias* ocupa o centro da vida econômica. O modo de produção capitalista introduzido ao trabalho assalariado, em que se supõe que os trabalhadores são livres por possuírem sua força de trabalho e assim podem vendê-la para aqueles que lhe ofereçam as melhores condições e melhores salários. Porém, não detém os meios de produção (NETTO e BRAZ, 2012).

O trabalho ao ser observado ao longo do processo histórico apresenta-se de diferentes formas na qual atende as necessidades de um dado momento. No entanto, mantém a efetivação de relações sociais, tendo em vista a produção social e a reprodução da humanidade. Segundo Antunes, (1999), é por meio do trabalho que o ser social busca a produção e a reprodução da sua vida social, que cria e renova as próprias condições de sua reprodução.

Por meio da produção capitalista, muitas mudanças na concepção do trabalho e suas finalidades aconteceram, o usufruto da força do trabalho passou a ser empregado, tendo como resultado a produção de riqueza, posteriormente transformando-se na produção de mercadorias. A seguir apresentaremos parte desse processo de mudanças relativas ao mundo do trabalho.

### 2.2.1 O mundo do trabalho

O mundo do trabalho vem sofrendo intensas transformações, principalmente a partir da década de 1970, decorrente da crise estrutural do capital. É possível pontuar algumas dessas mudanças que ocorreram devido à crise vivenciada pelo capital, e suas respostas ao neoliberalismo na qual a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressivas especialmente para a classe trabalhadora. Dentre elas as profundas mutações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que podem ser destacadas como: a diminuição de postos de trabalho, perdas salariais e de direitos conquistados, a flexibilização das relações produtivas, ou seja, a substituição dos processos produtivos estruturados em função do binômio Taylorismo/Fordismo pelo modelo toyotista, definindo assim, um ideal de trabalhador (polivalente e competitivo) (ANTUNES, 2007).

O fordismo estava associado à produção em série, enquanto o taylorismo associa-se à cronometragem das ações. Este binômio tinha como característica básica a produção em massa, executada por força de trabalho barata e semi-qualificada. Conforme Antunes (2007), o binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Neste contexto, Antunes (1997) ressalta que o trabalhador possui uma polivalência e com isso, ele pode atender as demandas individuais do mercado, com máximo de qualidade e tempo. Nesse sentido, e para que a produção se sustente em um processo produtivo flexível, se faz necessário que o operário possa operar diversas máquinas, ultrapassando o limite da relação uma máquina para um homem, que é o pilar do fordismo.

De acordo com Antunes (2007):

[...] o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2007, p. 15).

Desse modo, a flexibilização ocorrida com o novo modelo de produção toyotista, originou o processo de precarização das relações de trabalho, terceirização, desemprego, dentre outros, que conseqüentemente, gerou a redução do uso da força de trabalho em troca da introdução das novas tecnologias. Essas manifestações se devem ao uso da tecnologia avançada, que gera um aumento rápido da produção e da lucratividade, em detrimento do trabalho vivo. De acordo com Mota (2000, p. 34), “o crescimento da produtividade se fez acompanhar da redução do nível de emprego industrial e da redução de 25% das horas pagas na indústria”.

Nessa conjuntura de transformações, aliada ao ideário neoliberal, beneficiou o processo na qual os trabalhadores vão perdendo força e sua consciência enquanto classe, com rebatimentos na sua organização e desmobilizando-os diante das questões de seus interesses, tornando-os trabalhadores alienados e com condutas condizentes ao pensamento da classe dominante. Segundo Mota (2000, p.29), “realizar uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital”. Nesse sentido Barroco, (2009, p. 210) afirma que: “quando a ideologia do medo é internalizada na vida cotidiana, uma situação de insegurança excepcional passa a ser vivida como algo que pode vir a ocorrer a qualquer momento, um estado de alerta típico de situações de guerra”.

Em linhas gerais o neoliberalismo, o liberalismo com uma nova roupagem, cujo foco é a não interferência do Estado na economia, baseia-se no jogo livre das forças do mercado. Nos anos de 1980 e 1990, sobretudo após o fim do socialismo no leste europeu, o neoliberalismo conquista ampla aceitação. No Brasil, essa ideia foi intensamente implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1990.

A implementação desse novo modelo de acumulação flexível e reestruturação produtiva tem resultado em um enorme impacto sobre as características assumidas pelo mundo do trabalho na atualidade. O primeiro desses impactos é o desemprego adjunto a pequenos ganhos em termos salariais e a um retrocesso do poder sindical. Diante a isto, temos vivenciado uma reestruturação do mercado de trabalho, com a troca do emprego formal pelo emprego informal, temporário e da subcontratação. Com a forte entrada das mulheres no mercado de trabalho que tem sido marcada pela intensificação da exploração do trabalho, na maioria das vezes de caráter parcial de forma que sua remuneração é inferior ao dos homens. Estas transformações, via de regras, são seguidas

pela desregulamentação dos direitos do trabalhista tanto nos periféricos quanto nos países centrais.

Neste cenário de reestruturação produtiva flexível, entendemos que as inovações tecnológicas implantadas nos processos de trabalho e produção são fortemente evidenciadas entre as inovações de base técnica destacam-se a automação flexível, por meio da qual passa-se da economia de tempo à intensificação do trabalho, própria do Taylorismo, para uma economia baseada no tempo de otimização da máquina, que comanda agora o ritmo de trabalho; a informática; a telemática; novos materiais (plásticos especiais, cerâmicas, fibras óticas); novos processos; a engenharia genética; a química fina e a mecânica fina, entre outras. Alves (2007) ressalta que a nova lógica da produção capitalista exige novas qualificações do trabalho que articulam habilidades cognitivas e habilidades comportamentais. Perante o cenário neoliberal e de reestruturação produtiva flexível, Silva (2007), evidencia que a contrarreforma do Estado, nada mais é que a desresponsabilização do Estado enquanto às suas obrigações no enfrentamento às expressões da “questão social”. Essa responsabilidade do Estado tem sido transferida ao Terceiro Setor, que acaba exercendo um papel de extremamente importante ao mercado, pois assume uma parcela de trabalhadores desempregados, não inserido no mercado de trabalho formal.

Na óptica de Antunes (2004, p.340):

O Terceiro setor vem incorporando trabalhadores (as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado um traço positivo. Ao incorporar –ainda que de modo também precário –aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se vêem não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados. (Antunes 2004, p. 340)

O Terceiro Setor<sup>2</sup> pode ser abordado por distintos ângulos, podendo estar presente no âmbito das políticas, educação, emprego, responsabilidade social, entre outros. O Estado favoreceu as demandas mercantis em detrimento das demandas sociais, devido ao ideário

---

<sup>2</sup> Para Montañó (2005, p. 181 *apud* SILVA, 2007, p. 31) o termo terceiro setor é carente de rigor teórico e desarticulador do social, pressupondo a existência de um primeiro e um segundo setor, o que divide a realidade social em três esferas autônomas: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Trata-se de uma estratégia neoliberal de transformação ideológica da sociedade civil em terceiro setor, na qual prevalece a pretensa ideia de uma esfera homogênea e harmônica daí a arena de lutas.

neoliberal. O Terceiro Setor passa a substituí-lo em várias situações. O contexto neoliberal que levou o poder público a abrir esta lacuna, deu espaço para as organizações que são formadas pela Organizações Não Governamentais (ONGS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e outras instituições filantrópicas, fundações, institutos, entidades beneficentes e sem fins lucrativos ou econômicos, que atuam por meio da participação fundamental do voluntariado. “Uma forma alternativa de ocupação por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins lucrativos” (ANTUNES, 2004 p. 339).

Explicitamos até aqui, o novo padrão de produção regido pelos princípios de qualificação, versatilidade, habilidade e adaptação dos trabalhadores, contribuindo com o crescente grau de desempregabilidade, pois parcela significativa da classe trabalhadora não atende as novas requisições do mercado. Sendo assim, amplia-se a valorização do nível de escolaridade e da formação profissional, como opção de superação para os novos desafios impostos pelo modelo toyotista. Com finalidade de inserir os trabalhadores no mercado, o Terceiro Setor começa a desenvolver políticas de empregabilidade, em que promovem programas de capacitação profissional para os jovens e projetos que sejam voltados à formação, à qualificação e à preparação de trabalhadores.

A problemática conceitual globalização-mundialização do capital não institui um debate encerrado, tampouco superado o debate sobre a fase imperialista do capitalismo sustentada no predomínio das grandes corporações multinacionais no capital financeiro e na formação dos blocos comerciais e econômicos liderados pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A globalização não pode significar absolutamente nada se isolado do conceito marxista de origem francesa “mundialização”, o qual não apenas vincula novas nações como internacionalização, ciclo do capital, lei do valor, taxa de lucro, também possibilita orientar a concepção marxista global em relação ao estudo dos fenômenos contemporâneos do capitalismo (VALENCIA, 2009, p 23).

Assim, o processo de globalização<sup>3</sup> atualmente tem atuado de forma cruel e selvagem, trazendo como seu subproduto o desemprego, colaborando nesse sentido com a degradação desse

---

<sup>3</sup> Globalização – Processo típico da segunda metade do século XX que conduz a crescente integração das economias e das sociedades dos vários países no que toca a produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros e a difusão de informação. Dicionário Aurélio da Língua portuguesa/ Ferreira 2009, p. 986.

aspecto social, ocasionada pela ausência de oportunidades. Dessa forma o processo de globalização estimulado pela necessidade de um mercado em esfera mundial, cujo poder fica centralizado nas mãos de algumas organizações, em âmbito internacional interrompendo a autonomia dos governos em esfera nacional, gerando, assim, grandes consequências de ordem econômica.

Deste modo, a globalização é compreendida como uma nova etapa do capitalismo, em que institui uma reordenação das relações sociais. Essa gestão nos métodos de produção estabelece intensas mudanças socioeconômicas, que se consolidam nas necessidades da flexibilização das relações entre capital e trabalho. Dessa forma, a mundialização da força de trabalho, tem como consequência a perda de espaço dos trabalhadores com os retentores do capital, ultimamente, estando mais interessados nos ganhos no mercado financeiro do que realmente com a produção. De acordo com Antunes (2004):

Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada. (ANTUNES 2004, p. 341)

Vimos até aqui que as transformações ocorridas no mundo do trabalho se devem a diferentes fatores, tais como: as mudanças na economia mundial, à reorganização da produção, a revolução tecnológica e o desemprego. Desse modo, o capitalismo nos moldes atuais vem causando um crescimento desenfreado dos índices de desemprego que fazem parte da realidade, dos países periféricos e, da nova realidade dos países desenvolvidos. Portanto, é possível visualizar nesse espaço globalizado que além do desemprego há uma enorme exigência da mão de obra que seja cada vez mais qualificada, com isso faz com que a classe trabalhadora se adapte rapidamente aos novos tempos. Com o capitalismo a pleno vapor, o poder fica concentrado nas mãos dos ditos “mais preparados” Com isso, a exclusão social se torna inevitável para a classe trabalhadora com menos qualificação profissional. Portanto, a globalização marginaliza, ou seja, deixa de lado o trabalhador que está fora dos padrões de qualidade que o mercado exige, restando para estes, o subemprego, a terceirização e a conformação cada vez mais fragmentada. Tendo nessa fase do capitalismo, o poder concentrados nas mãos dos mais “preparados”, e daqueles que detém o poder. Sendo assim a exclusão social acaba sendo inevitável para a classe de

trabalhadores com menos qualificação profissional. Dessa forma, a globalização deixa de lado e marginaliza o trabalhador que está fora do padrão de qualidade exigido pelo mercado, restando apenas o subemprego, terceirização e a conformação cada vez mais fragmentada.

Portanto, nota-se a emergência do Terceiro Setor como possível instrumento neoliberal na manutenção do *'status quo'* ou até mesmo como parte da história em que há uma transformação no modo de participação da sociedade civil, nesse espaço em que surgem novos elementos de enfrentamento das expressões da questão social sob a denominação de Responsabilidade Social e do Voluntariado. Neste cenário neoliberal, em que o Estado sai gradualmente dos serviços propostos dando espaço para a intervenção empresarial e ao Terceiro Setor, sobretudo, às ONG's, onde está inserido o Centro Cultural Escrava Anastácia, instituição que será apresentada no próximo capítulo deste trabalho.

### **2.2.2 O jovem e sua inserção no mercado de trabalho**

Historicamente a questão da juventude tem emergido como temática expressiva nas últimas décadas, seja para o propósito de discutir políticas públicas em diversas esferas sociais, seja para problematizar as perspectivas para ocupações de um emprego. No entanto, ainda se somam muitos questionamentos sem consensos, como por exemplo, o entendimento do que seja a juventude. Ao averiguarmos o que é juventude, surgem muitas respostas numa abrangência que estende desde concepções do ponto de vista biológico (mais naturalizantes e como fase problemática, em definições etárias, como fase de transição a vida adulta), até mesmo as de caráter mais social, compreendendo estes sujeitos em suas heterogeneidades. Definir o que seja jovem ou juventude é um exercício muito complexo, ao mesmo tempo desafiador, pois corresponde a construções sociais nem sempre presentes nas sociedades nem se manifesta da mesma forma ao longo da história de uma dada sociedade. Cada ideia a respeito é enraizada nas tradições e na cultura localizada em lugar e em tempo específicos, de acordo com Ariés (1981, apud Carvalho, 2014, p.3). Em relação a construção do sentido da infância na família moderna Postman (1999) considera, por um lado, uma desconstrução cultural contemporânea da infância promovida pelas novas tecnologias de comunicação, por outro lado, considerar-se-á, que quando está presente a ideia de juventude, há a intenção de designar uma etapa de passagem da vida humana em que são dedicados cuidados dos adultos para que os membros mais novos da

comunidade possam passar da condição de dependência para uma relativa independência e, assim, possam também colaborar com a sustentação da vida coletiva.

Mas pensar a juventude é pensar a multiplicidade de fatores que a permeiam. Isso requer uma compreensão ampliada do que significa ser jovem na contemporaneidade. A sua diversidade e pluralidade exigem um olhar ampliado que possibilite o entendimento de múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem. Nesse sentido, pode-se afirmar que não existe um único jeito ou forma de ser jovem, mas sim, múltiplas dimensões que constituem o jovem, sendo plural e diversificado.

Nosso entendimento de juventude perpassa pela linha que a dota a noção do jovem como sujeito de direitos, que reconhece as peculiaridades que envolvem essa fase da vida, abrangendo uma área de interseção na qual são contemplados os direitos de cidadania e os direitos humanos. Compreendendo o jovem como sujeito de direitos, parte-se da concepção da indivisibilidade dos direitos individuais e coletivos. Portanto, a juventude não pode ser compreendida apenas como um momento de transitoriedade entre a fase da infância e a vida adulta. A juventude deve ser compreendida sobre a ótica que tem como núcleo central as transformações, não apenas do corpo, mas também, das referências sociais e psicológicas, onde são vivenciadas formas intensas de transformações que influenciarão de alguma forma o futuro desses indivíduos. Pensar a juventude é também pensar as interfaces que a interpõem como educação, esporte, lazer, cultura, sexualidade, trabalho entre tantas outras. (DAYRELL, 2003).

O entendimento mais ampliado de juventude é relativamente novo, visto que a temática também é nova na pauta política. A juventude passa a ganhar destaque na agenda política brasileira após os anos de 1990, em um cenário de crise econômica que afetou fortemente as condições de trabalho, trazendo intensa precarização das relações trabalhistas. Mas é em 2004 que houve início em âmbito federal, de um intenso debate que evidenciou a necessidade de implantação de política pública voltada para a juventude.

O Resultado desse processo foi à aprovação da Lei de nº 12.852 no dia 05 de agosto de 2013, que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). O Estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens. Também traz novos direitos a esse público, como a questão da meia-entrada para eventos educativos, culturais e

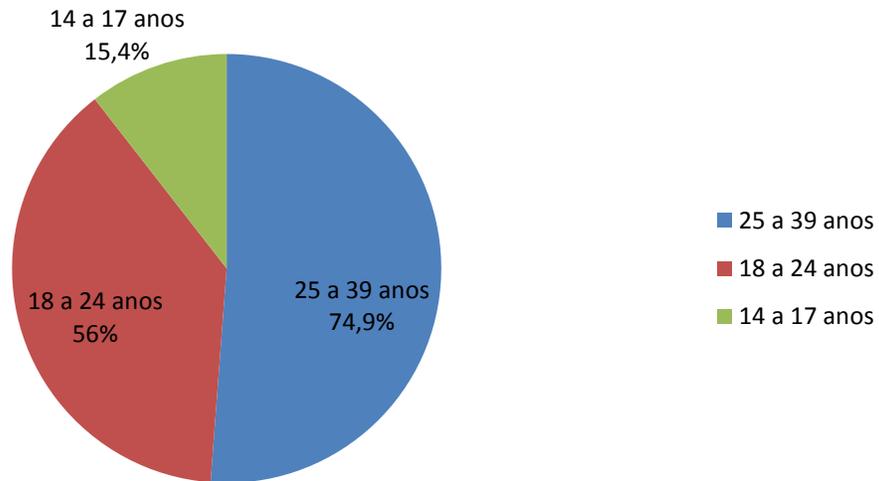
esportes. Ficou garantida a meia-entrada a estudantes que apresentarem a carteirinha estudantil. Jovens de famílias carentes deverão ter cadastro em programas sociais do governo para ter acesso ao benefício, sendo que a meia-entrada se limitará a 40% do total de ingressos disponíveis. A lei previa desconto de 50% também nas passagens de ônibus interestaduais, mas o artigo foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff. O que está mantido é a reserva de duas gratuitas e de duas meia-passagens para jovens de baixa renda em ônibus interestaduais, conforme ordem de chegada.

A aprovação do Estatuto da Juventude traz alguns avanços como marco legal que prevê princípios e diretrizes para consolidação das políticas públicas focadas a essa população. De acordo com a Secretária Nacional de Juventude (SNJ), levou quase dez anos de tramitação, até sua aprovação que contou com a participação de movimentos sociais e organizações, com audiências públicas e espaços em que os jovens pudessem participar e dar sua opinião sobre os assuntos discutidos. O Estatuto objetiva aprofundar os direitos previstos em lei, como supracitados, bem como assegurar novos direitos para a faixa populacional como a participação social, a livre orientação sexual, ao território e a discussão sobre a sustentabilidade entre outros. Sendo que com aprovação de um estatuto para a juventude ao criar artigos e diretrizes para que a política seja institucionalizada, torna-se um mecanismo de cobrança para efetivação dos direitos previstos no mencionado estatuto, que pode ser visto como um grande avanço nesse sentido.

De acordo com o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), um dos critérios que se utiliza para a homogeneização de estudos e composição de dados oficiais relacionados à juventude é a faixa etária, que está abrangida entre 15 e 29 anos. Porém, esta definição pode ser muito mais ampla, levando-se em consideração as distintas realidades sociais em que os jovens estão inseridos. Assim, a juventude deve ser entendida na sua pluralidade e não na sua singularidade.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2015 o nível da ocupação do grupo etário de 25 a 39 anos foi estimado em 74,9%. Entre os jovens de 18 a 24 anos, esta estimativa foi de 56,0% e para os menores de idade, de 14 a 17 anos, a estimativa foi 15,4%. Conforme os dados do IBGE (2015):

**Gráfico 1** - Taxa de ocupação no Brasil em 2015



Fonte: elaboração do autor com base nos dados do IBGE de 2015.

Quanto à desocupação entre homens e mulheres, os jovens de 18 a 24 anos de idade ficaram com a taxa em 17,6%, patamar elevado em relação à taxa média total (7,9%), comportamento verificado, tanto para o Brasil, quanto para as cinco grandes regiões. Já em relação à desocupação de forma geral no Brasil, pela primeira vez, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz as informações completas sobre o mercado de trabalho para Brasil, grandes regiões e unidades da federação. A maior taxa foi verificada na região Nordeste (9,6%), e a menor, no Sul (5,1%). Entre as unidades da federação, Rio Grande do Norte teve a maior taxa (11,5%) e Santa Catarina, a menor (3,9%). (BRASIL, 2015).

No Brasil, até 2012 a taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 25 anos foi de 16,04%, enquanto a média da população em geral foi de 10%. Este problema é ainda acentuado pelas disparidades regionais brasileiras, como podemos observar no Quadro 1 a seguir, apresenta o resultado da taxa de desemprego no Brasil, de acordo com os dados do IBGE (2012):

**Tabela 1** - Taxa de desemprego no Brasil no ano de 2012

<b>Região do Brasil</b>	<b>Taxa de desemprego entre jovens de 16 a 25 anos</b>
Nordeste	18,7%
Norte	16,6%
Sudeste	16%
Centro-oeste	14,8%
Sul	11,5%

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE (2012).

Dessa forma, a região Sul do país, que engloba os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, possui os menores índices em termos de desemprego geral e entre os jovens nas regiões brasileiras. Ainda segundo o IBGE (BRASIL, 2008), estudos apontam que a parcela jovem no Brasil, ou seja, o grupo entre 15 e 29 anos, representava em 2008 aproximadamente 50 milhões de pessoas, cerca de 26% da população. Desse total, 30% pertenciam à parcela da sociedade com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, 53% com renda *per capita* entre meio e dois salários mínimos e 17% oriundos de famílias com renda *per capita* superior a dois salários mínimos. Esses dados nos permite observar que parcela significativa dessa faixa etária está condicionada às dificuldades de obtenção de renda, sendo que 83% dessa faixa etária possuem renda *per capita* igual ou inferior a dois salários mínimo. Considerando os contextos socioeconômicos e culturais dessas famílias que certamente revelam a pobreza da população brasileira, impondo aos jovens a necessidade de inserir-se no mercado de trabalho.

Os jovens que se encontram em maior vulnerabilidade estão inseridos na sociabilidade do capital e são advindos de famílias menos favorecidas economicamente, ou seja, são aqueles jovens que vivenciam a constante tensão entre capital e trabalho e por consequência, não raras vezes, acabam sendo vítimas das estruturas políticas. Mediante a essa conjuntura, os jovens mais vulnerabilizados socioeconomicamente estão cada vez mais submetidos a ingressarem no mundo do trabalho mais cedo, levando com eles muitas responsabilidades e compromisso como: os estudos, o trabalho, e ainda tendo que contribuir no processo da renda da família, na qual acaba antecipando suas responsabilidades futuras. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) de 2013 Crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos de idade correspondiam a 46,6% da população brasileira total, A proporção deste grupo etário na população está diminuindo, dado que em 2004 representava mais da metade da população (54,4%). Algumas regiões dos Brasil merecem destaque. Em 2013, enquanto na Região Norte a proporção de pessoas neste grupo etário correspondia a 55,5% e na Nordeste era metade da

população residente (50,0%), nas Regiões Sudeste (43,6%) e Sul (43,0%) esse público tinha menor participação na população. Em 2013, cerca de 2 em cada 3 arranjos familiares residentes em domicílio particular tinham ao menos uma criança, adolescente ou jovem de 0 a 29 anos de idade. Do ponto de vista do rendimento mensal familiar *per capita* estas são famílias mais vulneráveis, uma vez que o rendimento mensal familiar *per capita* médio dos arranjos familiares sem pessoas nesta faixa etária é quase duas vezes maior do que o rendimento nos arranjos familiares com presença de ao menos uma pessoa de 0 a 29 anos de idade. Mesmo sendo um grupo populacional que tende a diminuir, tanto em termos absolutos quanto percentuais, é importante destacar a relevância das políticas públicas de saúde, educação, trabalho e proteção social voltadas a este público e a preocupação com a qualidade de equipamentos e serviços sociais ofertados.

De acordo com a PNAD 2013, no grupo de pessoas entre 5 e 13 anos de idade o nível de ocupação foi de 1,8%, para pessoas de 14 ou 15 anos de idade foi de 11,4% e para aqueles com 16 ou 17 anos de idade foi de 26,4%. Outro aspecto relacionado ao trabalho de crianças está na dedicação destas aos afazeres domésticos. Assim, para o grupo de 10 a 15 anos de idade, 37,6% dos meninos e 68,5% das meninas declararam cuidar de afazeres domésticos na semana de referência, em 2013, sendo que o número de horas dedicadas a esta atividade também foi superior para as meninas (em média, 12,2 horas semanais). Considerando as especificidades do grupo formado pelos jovens, o Estatuto da Juventude, de 2013, é a lei que consolida os direitos dos jovens de 15 a 29 anos de idade, em relação à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à igualdade; à saúde; à cultura; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013b). Os jovens de 15 a 29 anos de idade correspondiam a 24,3% da população, em 2013, e estavam presentes em 49,4% do total de arranjos familiares residentes em domicílios particulares, no Brasil. Nas famílias com ao menos um jovem de 15 a 29 anos de idade o rendimento mensal familiar *per capita* médio foi 36,3% inferior ao rendimento nos arranjos familiares sem jovens e 22,4% inferior ao rendimento familiar *per capita* médio do total dos arranjos familiares.

Com relação à profissionalização, ao trabalho, em 2013, para os jovens de 15 a 29 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 57,0%, sendo que há grande heterogeneidade dentro deste grupo em relação à inserção em atividades produtivas e frequência à escola. Para aqueles com idade

entre 15 e 17 anos de idade, a taxa de ocupação foi de 22,1%, de acordo com dados da PNAD. Sendo que 67,8% do total de pessoas neste grupo etário somente estudavam, 16,6% trabalhavam e estudavam e 5,5% somente trabalhavam. Contrapondo estes resultados com os de 2004, percebe-se que houve aumento da proporção de pessoas nesta faixa etária que somente estudavam (59,3%) e diminuiu o percentual daqueles que trabalhavam e estudavam (22,6%) e daqueles que somente trabalhavam (8,6%). Para os jovens de 18 a 24 anos de idade a taxa de ocupação era bem mais elevada que aquela observada para o grupo etário mais jovem, com destaque para a proporção daqueles que somente trabalhavam.

A taxa de ocupação das pessoas de 18 a 24 anos foi de 60,8%, em 2013, sendo que 46,0% dos jovens neste grupo somente trabalhavam e 14,9% trabalhavam e estudavam. O percentual de jovens nesta faixa etária que somente estudava foi de 15,1%. Já no grupo de 25 a 29 anos de idade, observou-se que apenas 10,9% estudavam, sendo que 7,8% conjugava estudo com trabalho. Cerca de 2 em cada 3 pessoas neste grupo etário somente trabalhavam e a taxa de ocupação foi de 75,0%. Mesmo com avanços na inserção dos jovens na escola e no mercado de trabalho, merece destaque a proporção de jovens que não trabalhavam nem estudavam no ensino regular. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, praticamente 1 em cada 5 não frequentavam escola de ensino regular e não trabalhavam, em 2013. No grupo de 15 a 17 anos esta proporção foi de 10,2% dos jovens desta idade, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos a incidência chegou a 24,0% dos jovens, e para aqueles com 25 a 29 anos de idade o indicador foi de 21,8%. Entre os jovens de 15 a 29 anos de idade que não trabalhavam ou estudavam, uma proporção elevada (45,8%) residia nas Regiões Nordeste e Norte se comparada com a proporção de jovens residentes nestas regiões (38,3%). Enquanto para o total dos jovens há certo equilíbrio entre os sexos, com ligeira maioria feminina (50,1%), merece destaque que no grupo daqueles que somente trabalhavam os homens eram maioria (59,6%) e no grupo que não trabalhava nem estudava as mulheres eram maioria (68,8%).

É interessante notar que os jovens que não trabalhavam nem estudavam apresentaram 8,6 anos de estudo, em média, sendo que para o grupo de jovens que somente trabalhava este valor atingiu 9,8 anos e para aqueles que trabalhavam e estudavam foi de 10,4 anos. Mesmo para os jovens que somente estudavam, formado principalmente por jovens de 15 a 17 anos de idade, a escolaridade média foi ligeiramente superior (8,8 anos) ao do grupo que não trabalhava nem estudava. Para os jovens que não trabalhavam nem estudavam, 30,7% não tinham o ensino

fundamental completo, mas cerca de 46,6% já tinham ensino médio completo ou nível mais elevado. Entretanto, essa proporção é menor se comparada com aqueles que trabalhavam e estudavam, em que 49,8% tinham ensino médio completo ou nível mais elevado, ou no grupo que somente trabalhava, onde 59,9% tinham este nível de instrução.

Porém, a inserção dos jovens ao mercado de trabalho, apresentam algumas barreiras aliadas as seguintes características como: a idade, sexo, região de domicílio, escolaridade e condições econômicas da família. Fatores esses que podem influenciar e dificultar esses jovens em seu ingresso ao mundo de trabalho, e as consequências são os resultados de desempregos no segmento juvenil ser o de maior vulnerabilidade dos sujeitos acerca da violência institucional e doméstica.

Os estudos de Pochmann (2000) nos ajudam a compreender que os jovens enfrentam dificuldades adicionais para encontrar trabalho e nele se manterem, uma vez que além de inexperientes, encontram poucas oportunidades. Isso fica significativamente mais grave entre jovens pobres, pois eles são impelidos a precipitar a ocupação de um posto de trabalho para obter uma renda com a finalidade de sustentar as despesas familiares ou a própria sobrevivência, o que costuma comprometer a possibilidade de formação escolar e de maior qualificação profissional, as quais adiante provavelmente contribuiriam para a sequência de sua carreira de trabalho. O autor ressalta que o primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo laboral pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional. (POCHMANN, 2000).

Nesse aspecto, vale salientar as condições de inserção laboral de qualidade dos adolescentes e dos jovens na sua primeira experiência profissional, compreendendo as principais importâncias no sentido das implicações e reservas de direitos em múltiplas áreas que abarcam o cotidiano dos jovens que serão detalhadas mais adiante como **lazer, educação, família, qualificação profissional, empregabilidade e saúde**. Em relação a esta última, de acordo com artigo 6º da Constituição Federal de 1988, a **Saúde** é prevista somada aos demais direitos sociais como afirmação da condição humana e social. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, por meio da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, versa no art. 227 sobre a proteção e preservação dos Direitos Fundamentais tais como a saúde.

As decorrências relacionadas às doenças contraídas no desempenho do trabalho, riscos ocupacionais, acidentes de trabalho e o estado psicológico na adaptação do indivíduo nas atividades desenvolvidas entre outros devem ser observadas e respeitadas, ainda mais levando-se em conta que esses adolescentes/jovens estão em total desenvolvimento biopsicossocial.

A discussão sobre a inserção dos adolescentes e jovens no mundo laboral deve ter como preocupação os atores principais desse processo, os próprios jovens compreendidos como sujeitos de direitos. Conforme o ECA, em seu Art. 53, que apresenta o direito à **educação** no pleno desenvolvimento e “preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Também a permanência na escola; o acesso à escola pública de forma gratuita na qual seja próxima de sua residência. Determina que é dever do Estado proporcionar aos adolescentes como obrigatoriedade e gratuidade o ensino fundamental e sua extensão progressiva ao ensino médio; aos portadores de deficiência um atendimento educacional especializado; a oferta de ensino regular, apropriado às condições dos jovens trabalhadores.

No entanto, quando crianças, adolescentes e jovens não têm seus direitos garantidos, ficam sujeitos a vulnerabilidade social<sup>4</sup>. Cabe ressaltar que a educação ocupa espaço fundamental no processo de formação do cidadão no aspecto do fortalecimento de valores e no sentido que possa encaminhar este jovem para a vida em sociedade. Neste seguimento CORROCHANO (2011) afirma:

É importante que o jovem tenha uma educação que o ensine a pensar, a questionar, a se posicionar diante dos fatos da realidade e não apenas proporcionar ensinamentos técnicos que vise apenas à qualificação da mão de obra sem se importar com a dimensão total que envolve um ser humano. (CORROCHANO, 2011 p.15).

Desse modo, a educação e o trabalho devem caminhar juntamente e não de forma separada, uma vez que o conhecimento e a aprendizagem têm influência direta tanto no dia-a-dia como no desenvolvimento das atividades laborais. Sendo assim, as possíveis implicações para a inserção laboral dos adolescentes e dos jovens no primeiro emprego são condições educacionais, pois, o nível de escolaridade, muitas vezes gera grandes dificuldades para adaptação nas atividades nas empresas, onde se faz necessário alguns conhecimentos básicos para sua

---

<sup>4</sup> Vulnerabilidade social: O conceito de “vulnerabilidade” é originário da área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem e designa, em sua origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica e politicamente, na proteção ou garantia de seus direitos de cidadania (ALVES, 1994 APUD Ayres, 2003).

concretização. Esse conhecimento que ambas as modalidades, educação e trabalho, necessitam encontrar-se em sintonia para o sucesso em sua vida profissional.

Em relação a influência da **família** sobre a formação profissional do jovem, os autores Mahl, Soares e Netto (2005) evidenciam que a família tem um significativo papel na contribuição para a formação dos valores e do sentido do trabalho para a vida, desde a realização pessoal como o meio para o próprio sustento. Atitude esta que faz o jovem entender a importância da educação e do trabalho para a construção de sua identidade no convívio social. A intenção da família em incentivar o adolescente e o jovem para a sua capacitação profissional como condição de inserção no mundo do trabalho, é o mesmo que querer afastar este jovem das mazelas sociais que estão presentes na sociedade. De acordo com eles “cada vez mais a família é modelo para o jovem no momento das escolhas. Não somente pela opinião direta dos pais, mas também pelo reforço de imagem e estereótipos proporcionados pela família”. (Mahl; Soares; Netto 2005, p. 106).

O **lazer** é parte fundante do desenvolvimento do jovem, como citado outrora. Conforme o ECA (BRASIL, 1990) salienta sobre as condições do lazer como direito legal e que regula a relação entre sociedade, adolescente e o trabalho, observa também a proibição do trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz. Os limites aos trabalhos dos adolescentes, a ampliação nas reais condições de aprendizagem e minimizar os impactos do trabalho, nas horas de lazer e a ocupação nos momentos livres para o contato social e a diversão que é essencial para a sua concretização. E DUMAZEDIER (2001) acrescenta que:

O lazer pode ser conceituado como um “conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social”. (Dumazedier, 2001, p. 34).

A qualificação profissional é algo muito importante e desafiador, sobretudo para os jovens que estão iniciando suas vidas no mercado de trabalho, pois em muitos casos a inserção no mundo laboral está diretamente relacionada a fatores socioeconômicos. Além disso, existem dificuldades agregadas aos impactos da evolução tecnologia, que exige de antemão do jovem o mínimo conhecimento das tecnologias que surgem a todo o momento para que sua qualificação e competências sejam melhoradas efetivamente. Para a inserção dos jovens no mercado de trabalho competitivo torna-se cada vez mais indispensável a crescente escolaridade e flexibilidade e de formação continuada.

Com a chegada da adolescência, os jovens começam a ter dúvidas e questionamentos quanto aos projetos de vida, escolha profissional etc. Neste momento, o Estado deve se fazer presente, através de políticas públicas que possam colaborar com a inserção desses jovens no mundo de trabalho.

Conforme Carvalho (2004), entre as estratégias que se dirigem à inserção do jovem no mercado de trabalho, há uma questão complexa, polêmica e interessante. Quando se pensa a inserção do jovem no mercado de trabalho pressupõe-se o trabalho como solução unicamente positiva para jovens. No entanto, outra questão deve preceder a esse assunto. A questão é sobre quando e por que seria melhor o jovem se inserir e o que lhe oferecer enquanto não estiver trabalhando. Estudos indicam, como os de Pochmann (2003, 2000, apud Carvalho, 2004, p. 20-21):

[...] bem como algumas nações demonstraram, que a inserção precoce dos jovens no trabalho é prejudicial e custosa para o indivíduo e para a própria sociedade. Em contraste, consideram que o investimento em maiores qualificação e escolarização implica maior estabilidade pessoal e social. Considera-se que o indivíduo pode exercer plenamente o que lhe é facultado de direito, por um lado, o que se refletiria em desenvolvimento de melhores serviços e produtos, além do que poderia diminuir sensivelmente na pressão imediata no mercado de trabalho, por outro lado. Esse debate ainda não acendeu completamente em terras brasileiras.

Desse modo o que se percebe é que na sociedade atual a inserção dos jovens ao mundo laboral é vista de forma positiva, pois dá a oportunidade do sujeito sair ou fugir das mazelas da sociedade, dando lhe uma ocupação e podendo gerar uma renda, não havendo uma preocupação com esse jovem enquanto a sua inserção precoce, seu desenvolvimento e sua formação psicossocial.

Na questão em qual se refere a **empregabilidade**<sup>5</sup>, um dos fatores associado às decorrências da inserção dos jovens no mundo laboral é a baixa escolaridade, que contribui na relação em demanda à oportunidade de trabalho. O mundo de trabalho na contemporaneidade está cada vez mais exigente, e que requer mão de obra especializada. Portanto, essa realidade se

---

<sup>5</sup> A empregabilidade -termo aplicável a todos aqueles que buscam um bom trabalho e dele possam viver dignamente, porém não se deve esquecer que o único responsável pelo melhor conceito próprio é aquele que procura manter um nível de competitividade alto com relação a todos aqueles que buscam o mesmo propósito. Na empregabilidade, além de todos estes critérios, é importante saber-se que a experiência é um grau a mais. QUE CONCEITO, seu novo conceito em dicionários. Disponível em: <http://queconceito.com.br/empregabilidade>. Acesso em: 12 de abr. de 2015.

configura em obstáculos para a inserção do jovem no mercado do trabalho e emprego, uma vez que, as exigências para a contratação dos jovens pelas empresas, de forma geral, demandam muitas vezes, além de formação profissional como: experiência mínima, normalmente e de um ano. Quando não desempenhadas estas exigências, o jovem não se encontra nos “moldes” apreciados atrativos para o empregador. De acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2005), a baixa empregabilidade e inserção dos jovens no mercado de trabalho fica expressa a necessidade da melhoria da educação atualmente oferecida para esse segmento populacional, além da redução da evasão escolar. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004, p.16) os jovens têm vontade de participar como sujeitos e almejam o reconhecimento de suas especificidades e identidades as quais se regularizam em relação a outras populações. Tais situações requerem, portanto, criatividade e renovação nos planos de políticas públicas. Os jovens buscam ainda resposta continuada as necessidades de atenção integral, mas que propostas de políticas para a juventude ultrapassem os enfoques setoriais, pontuais, fragmentados, convencionais que avancem para imprimir uma perspectiva geracional-juvenil, enfatizado que a juventude é um tempo de estudar, de se forma cultura e fisicamente, e de desenvolver valores, éticos, e espírito crítico, bem como de ter garantido os meios de subsistências.

Portanto, é possível compreender que a formulação de políticas isoladas, abrangendo individualmente as distintas áreas como: a cultura, o esporte, e a educação mais que somente estas não são suficientes para compreender os anseios e as necessidades dessa juventude e que é preciso refletir, pensar e elaborar políticas públicas para a juventude de forma integrada dentre os órgãos públicos junto como outros setores da sociedade.

### **2.3 O Programa Jovem Aprendiz na literatura acadêmica**

Com a intenção de conhecermos o cenário de discussões sobre nossa temática, particularmente na grande Florianópolis, realizamos balanço de literatura no *site* na biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Utilizamos para a busca o verbete “jovem aprendiz”, por meio do qual foi possível selecionar seis trabalhos acadêmicos com problematizações pertinentes à nossa proposta de pesquisa, sendo três monografias e três dissertações. A tabela 2 seguir, apresenta o resultado desse breve levantamento.

**Quadro 1** - Monografias e dissertações por autor, orientador e curso de graduação

Ano	Nível	Título	Autor Orientador	Curso
2014	Monografia	As Condições de Trabalho e Estudo dos Adolescentes Inseridos no Programa Jovem Aprendiz da Eletrosul	Autora: Lenir Konzen Aquino Pereira Orientadora: Mariana Pfeifer Machado	Serviço Social
2011	Dissertação	Correndo atrás de seu Projeto de Vida: um Estudo com Participantes do Programa Jovem Aprendiz	Autora: Maria Teresa Mandelli Orientadora: Dulce Helena Penna Soares	Psicologia
2010	Dissertação	Jovem-aprendiz: Os sentidos do Trabalho Expressos na Primeira Experiência Profissional	Autora: Regina Célia Paulineli Borges Orientadora: Maria Chalfin Coutinho	Psicologia
2010	Dissertação	Percepções de Jovens Aprendizes e de seus Supervisores sobre Competências Requeridas na Formação para a Primeira Oportunidade Profissional	Autora: Gisele Bege Orientador: José Carlos Zanelli.	Psicologia
2009	Monografia	Projeto Jovem Aprendiz – IDES/PROMENOR: Percepção do Adolescente Sobre a sua Inserção no Mundo do Trabalho	Autora: Franceline Souza Campos Orientador: Ricardo Lara	Serviço Social
2000	Monografia	A ação do Assistente Social no Programa Jovem Trabalhador da PROMENOR	Autora: Adriana do Nascimento de Souza Orientadora: Vera Maria Ribeiro Nogueira	Serviço Social

Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa realizado no *site* da BU/UFSC.

A pesquisa de Pereira (2014), *“As Condições de Trabalho e Estudo dos Adolescentes Inseridos no Programa Jovem Aprendiz da Eletrosul”*, teve como principal objetivo analisar as condições de trabalho e estudo na qual estão inseridos os jovens que participaram do Programa Jovem Aprendiz na empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A, na visão próprios jovens. Demonstrou em seus estudos que para responder ao objetivo principal foi necessário discorrer

sobre vários temas presentes em nossa sociedade, desde a era artesanal até a contemporaneidade, tais como: a proteção ao trabalho na adolescência; a história acerca do trabalho na infância e adolescência; a proteção ao trabalho na adolescência na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e Adolescente; a inserção do adolescente e do jovem no mundo do trabalho; o trabalho na sociedade capitalista; as possíveis implicações do trabalho ao adolescente e ao jovem; as políticas de proteção e de inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho e o Programa Jovem Aprendiz. Realizou a pesquisa empírica com treze jovens participantes do programa jovem aprendiz da Eletrosul. No tocante à pesquisa, utilizou-se o método quantitativo, tendo como instrumento de coleta de dados questionário estruturado. Em que se apresenta o perfil dos jovens participantes da pesquisa e a análise das respostas. De acordo com a autora, as principais conclusões foram: a empresa pesquisada oferece boas condições de trabalho e estudo à seus aprendizes e todos os jovens desejam ser novamente inserido ao mundo de trabalho após o término do contrato de aprendizagem, o que para Pereira (2014), significa que o Programa Jovem Aprendiz realmente preparou esses jovens para o mercado.

A pesquisa de Mandelli (2011), “*Correndo Atrás de seu Projeto de Vida: Um Estudo com Participantes do Programa Jovem Aprendiz*”, que teve como objetivo investigar quais são os projetos de vida dos jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz (PJA) do Centro Cultural Escrava Anastácia sob o ponto de vista da orientação profissional. Além disso, identificar quais são seus elementos constitutivos, identificar qual a relação do projeto de vida com o projeto profissional dos jovens pesquisados e, por fim, investigar qual a relação entre a participação dos jovens no PJA do Centro Cultural Escrava Anastácia e a construção de seus projetos de vida. Para atingir esses objetivos foram realizadas oito entrevistas individuais e quatro grupos focais, com 33 jovens entre 14 e 21 anos. A análise de conteúdo foi organizada em quatro categorias: projeto de vida; identificação familiar; importância do Programa Jovem Aprendiz; e escolha profissional. A categoria projeto de vida relaciona-se com a dinâmica sócio histórica e com o movimento de construção da identidade, entendida no estudo como metamorfose.

De acordo com Mandelli (2011), a análise e a discussão dos dados apontaram que os jovens pesquisados ao falarem de seus projetos de vida, reproduzem o discurso de qualificação profissional difundido pelo mercado de trabalho. Para eles, os estudos aparecem como elemento principal. Os jovens acreditam que é pela via dos estudos e fundamentalmente pela universidade que poderão obter melhores condições de vida (ascensão social). A educação formal é

considerada a principal maneira de conquistar um lugar social pelo trabalho. Também se registrou o desejo dos jovens em construir uma carreira profissional a partir daquilo que lhe dão prazer, bem como conquistar autonomia e independência financeira para a aquisição de bens materiais, como casa e carro, para depois constituírem suas famílias.

Mandelli (2011) ressalta que o projeto profissional é o elemento principal de seus projetos de vida e relaciona-se com a continuação dos estudos, considerada fundamental para a obtenção de melhores condições de vida. O principal meio de efetivação dos projetos de vida dos jovens é o trabalho, que auxilia na transformação em realidade de um projeto futuro. O Programa Jovem Aprendiz foi considerado pelos jovens pesquisados como uma oportunidade profissional e motivador para os estudos e para o crescimento pessoal. Quanto à escolha profissional, os jovens apontam aspectos relacionados aos significantes “ser bem-sucedido”, “fazer o que gosta”, “ser alguém superior”, retratando o quanto o trabalho é um aspecto central para a construção da identidade deles, além de possibilitar a efetivação de seus projetos de vida e alcançar a satisfação pessoal. (MANDELLI, 2011).

No estudo de Borges (2010), *“Jovem-Aprendiz: Os Sentidos do Trabalho Expressos na Primeira Experiência Profissional”*, o propósito de sua pesquisa foi compreender os sentidos do trabalho para jovens em sua primeira experiência profissional. Para a autora, as constantes transformações, de ordem material e subjetiva, no chamado “mundo do trabalho”, suscitam necessidades de buscar novas compreensões, sentidos e significados produzidos neste contexto. Para a autora, o primeiro emprego possui diversificadas áreas, um diferente do outro. A experiência laboral reitera-se de modo ambíguo, tomando conotações positivas e negativas. O trabalho é tido como positivo pela sua possibilidade de estender os vínculos sociais. Também porque, além das mudanças materiais e objetivas, já apontadas pelo consumo, o trabalho promove alterações subjetivas nos relatos desses sujeitos. Assim, fazem novas amizades, tornam-se mais responsáveis, perdem a timidez e aprendem para a vida. Esses jovens-trabalhadores, apesar da pequena experiência profissional e do desejo de terem um vínculo formal, expressam os diferentes segmentos da classe trabalhadora, multifacetada e fragmentada.

Na pesquisa de Bege (2010), *“Percepções de Jovens Aprendizes e de seus Supervisores sobre Competências requeridas na Formação para a Primeira Oportunidade Profissional”*, o objetivo foi de identificar as percepções de jovens aprendizes e de seus supervisores sobre as competências requeridas em uma formação para a primeira oportunidade profissional. Para a

viabilização desta pesquisa, o instrumento de coleta de dados utilizado foi à entrevista e o questionário. Foram entrevistados 10 jovens entre 18 e 24 anos, cursando o Ensino Médio de escolas públicas e que realizaram um curso de formação para a primeira oportunidade profissional nos anos de 2007 e 2008, por meio de um Agente de Integração entre empresa e escola. Também foram participantes da pesquisa seus respectivos supervisores, que são os responsáveis legais pelo jovem aprendiz.

Bege (2010) destaca os principais conhecimentos requeridos pelos jovens: noções sobre o mercado de trabalho; noções sobre o funcionamento de uma empresa; noções de idiomas estrangeiros; noções de sexualidade; noções de matemática e português. Dentre as principais habilidades citadas pelos jovens, a autora destacou: saber realizar atendimento ao público/lidar com pessoas; saber ter postura profissional; saber operar computador; saber apresentar um produto/serviço; saber interpretar informações; saber identificar e analisar documentos de trabalho; e saber cooperar. Com relação às atitudes requeridas pelos jovens podem ser destacadas, principalmente: trabalho em equipe; interesse; relacionamento interpessoal; responsabilidade; honestidade; inteligência determinação; e dinamismo.

Já em relação aos resultados das percepções dos supervisores, Bege (2010) destacou os seguintes conhecimentos: noções do funcionamento de uma empresa; noções de português e matemática; noções sobre o mercado de trabalho; e noções sobre o mundo das drogas, sexualidade e orientação profissional.

Em relação às habilidades requeridas pelos supervisores, foram identificadas: saber realizar atendimento ao público/lidar com pessoas; saber ter postura profissional; saber redigir documentos; fazer controle de prazos; ter boa memória; saber interpretar informações; e se posicionar diante das situações. Referente às atitudes reveladas pelos supervisores foram mencionadas, principalmente: relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; apresentação pessoal; interesse; disposição para organizar; disposição para cumprir horários; ética; visão sistêmica; responsabilidade; e disposição para agir rápido. Pela análise dos resultados, foi possível verificar, segundo Bege (2010) um maior número de competências requeridas na percepção dos supervisores do que na dos jovens, o que demonstra coerência de acordo com sua experiência profissional. De acordo com a autora, também foi possível perceber muitas semelhanças de percepções dos jovens e supervisores em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes citados, o que indica que os mesmos possuem uma linha semelhante de pensamento.

Logo este estudo pode contribuir para a elaboração e complementação de cursos voltados à inserção do jovem no mercado de trabalho, além de possibilitar o desenvolvimento de competências em jovens que buscam a primeira oportunidade profissional.

Pesquisa realizada por Campos (2009), “*Projeto Jovem Aprendiz – IDES/PROMENOR: Percepção do Adolescente sobre a sua Inserção no Mundo do Trabalho*”, que teve o objetivo central analisar a percepção dos adolescentes do Núcleo Formação e Trabalho (NUFT) da instituição Irmandade do Divino Espírito Santo/Associação Promocional do Menor (IDES/PROMENOR), sobre a sua inserção no mundo do trabalho. Segundo a autora para responder o objetivo da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: conhecer o significado do trabalho para os adolescentes; verificar as dificuldades encontradas pelo adolescente quando começou a trabalhar; identificar como este processo de aprendizagem tem contribuído para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, e verificar se os adolescentes conhecem os seus direitos enquanto jovem aprendiz. De acordo com Campos (2009), o NUFT possuía um universo de 358 adolescentes admitidos nas 64 empresas conveniadas a IDES/PROMENOR e, conseqüentemente, por ser um universo considerável, optou por trabalhar com uma amostra de 10 adolescentes, dos quais 5 foram meninos e 5 meninas, o que resulta na escolha de, aproximadamente, 2,8% do universo do Núcleo. Como critério utilizado para compor esta amostra, elegeu apenas os adolescentes que exercem suas atividades laborativas a mais de 7 meses nas empresas. Quanto ao tipo de entrevista, foi utilizada a semi-estruturada.

Campos (2009), constata em seus estudos que a percepção dos adolescentes em relação a sua inserção no mundo do trabalho envolve as mudanças e dificuldades vividas a partir do momento que ele começou a trabalhar. Por meio das respostas coletadas na pesquisa destacaram-se as dificuldades vivenciadas, como o cumprimento de rotinas e adaptação a novas atividades e relacionamentos, mas que possibilitaram a oportunidade dos adolescentes adquirirem responsabilidade.

Constatou-se também, segundo Campos (2009), que a partir dos dados coletados, um grande número de adolescentes não souberam responder se sentem inclusos na sociedade e alguns não conhecem os seus direitos enquanto jovem aprendiz. Esta constatação nos faz refletir sobre a possibilidade de que estes adolescentes não possuem um maior conhecimento em relação aos seus direitos ou não se reconhecerem como sujeitos de direitos e, logo não se sentem inclusos na sociedade em que vivem.

No estudo de Souza (2000), *“A ação do Assistente Social no Programa Jovem Trabalhador da PROMENOR”*, que teve como objetivo refletir e resgatar a ação do assistente social, a partir da identificação dos conteúdos atribuídos aos elementos constitutivos, do que vem sendo designado por processos de trabalho em Serviço Social. O espaço sócio-institucional, onde se realizou a coleta de informações, foi a PROMENOR. Pretendeu-se ainda identificar as atribuições que cabem ao Serviço Social desenvolver neste momento, para garantir a qualidade dos serviços prestados aos adolescentes e a instituição. Deste modo, a proposta foi a de analisar a compreensão das Assistentes Sociais da PROMENOR sobre o processo de trabalho no Programa Jovem Trabalhador.

No que se refere à metodologia, Souza (2009) utilizou instrumento de coleta de dados a entrevista em que foram entrevistadas três Assistentes Sociais que atuam na PROMENOR no período compreendido entre abril a julho de 2000. Utilizou-se um roteiro orientador, construído a partir dos objetivos propostos para a pesquisa. De acordo com autora, por meio das entrevistas com as assistentes sociais, que seu objetivo principal, é fazer com que o adolescente cresça como pessoa e para que ele cresça numa sociedade com muito mais chances para competir em condições iguais a outros que têm o nível de vida melhor. A fim de despertar o adolescente para estas mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho.

Souza (2000) indica que, a finalidade do Serviço Social, com relação ao Programa Jovem Trabalhador tem por objetivo prestar atendimento aos usuários, possibilitando-os inclusão dos jovens no mercado de trabalho e preparo-os, qualificando-os, visando sua permanência neste cenário de constantes transformações. A preocupação maior do Programa Jovem Trabalhador era justamente estar contribuindo na efetiva preparação do adolescente para o enfrentamento do mundo do trabalho.

A partir dos objetivos apontados em sua pesquisa, Souza (2000), evidencia que a capacitação profissional é a necessidade de obter maiores informações, referentes à atualidade vigente no mundo do trabalho e na estrutura da PROMENOR. O que para autora, exige do Assistente Social imprimir uma ação crítica criadora e assumir com autonomia e responsabilidade, quando efetiva o trabalho que lhe é demandado profissionalmente.

Esse breve resgate da literatura acadêmica nos indica que o Programa Jovem Aprendiz tem tomado força e se expandido no decorrer dos anos. Houve imposição às empresas de médio e grande porte por parte do governo, a qual foi imposta a obrigatoriedade de se ter no quadro de

funcionários no mínimo 5% de jovens aprendizes. Dessa forma as empresas requerem um maior número de indivíduos para serem utilizados como mão-de-obra barata. E o governo acaba transferindo a responsabilidade a uma organização não governamental que tenta dar conta de ações para a efetivação de uma política, oferecendo-lhes capacitação para desempenhar suas funções, além de proporcionar um desenvolvimento pessoal, intelectual e mesmo profissional aos participantes.

Portanto, pela literatura encontrada, percebe-se que há diversos estudos sobre o jovem e a inserção no mercado de trabalho, alguns abordando a precariedade do mercado de trabalho e outros relacionando as políticas públicas na inserção do jovem. Porém, faltam estudos focados nas competências necessárias que os jovens busquem desenvolver ao iniciar sua vida profissional. Conforme Mourão e Puente-Palácios (2006) acrescentam que, além do problema de buscar uma formação profissional e desenvolvimento de competências de forma acessível e com qualidade, também é preciso considerar a precariedade dos ensinos básico e médio e a baixa escolaridade dos brasileiros, o que agrava a situação da qualificação da mão-de-obra nacional, portanto, é necessário maior incentivo na educação como um todo.

### **3 CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA**

Este capítulo contempla breve resgate histórico sobre o Centro Cultural Escrava Anastácia, particularmente com enfoque na formação profissional e inserção no mundo do trabalho de jovens por meio do Projeto Jovem Aprendiz.

#### **3.1 Contextualizações históricas do Centro Cultural Escrava Anastácia**

O Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) é uma organização sem fins econômicos e de caráter não-governamental. A instituição se propõem atuar nas áreas assistencial, social, de garantia de direitos, cultural e esportivo, no âmbito do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Prefeito Tolentino de Carvalho, nº 01, no Balneário do Estreito em Florianópolis.

Segundo histórico (CCEA, 2015) da própria Instituição, nos anos 1980 a comunidade de Monte Serrat, situada no Maciço Morro da Cruz, no Centro da Capital, viu crescer o empobrecimento e a violência, intensificada pela expansão do tráfico nos morros. No começo dos anos 1990, um grupo de mulheres negras da comunidade, que tinha como preocupação encontrar alternativas para que seus filhos não ficassem entregues aos apelos do tráfico e da criminalidade, com apoio de pessoas voluntárias, buscaram formas de organizar atividades que ocupassem seus filhos e filhas nos horários em contra turno escolar, e permitissem possibilidades de alternativas de futuro. Entre as ações desenvolvidas, conquistaram vagas em escolas e universidades, e bolsas para elevar a qualificação profissional dos jovens da comunidade e a capacitação profissional para inserção no mundo do trabalho.

Esse movimento desencadeou em 1994 a fundação do CCEA, na Capela Nossa Senhora do Monte Serrat, por intermédio de um grupo de moradores da comunidade que buscava melhorar a educação mediante projetos e atividades educativas para os moradores. Mas somente no dia 25 de maio de 1998 o Centro Cultural foi registrado, se tornando-se uma pessoa jurídica de direito privado. De acordo com Projeto Político Pedagógico (PPP) do CCEA “tem por objetivo a atuação educativa, em rede, junto a comunidades empobrecidas, tendo como princípios norteadores o cuidado com a vida, a desconstrução de subalternidades o pensar e agir a partir das margens e a sustentabilidade”.

A instituição tem como missão cuidar da vida em toda a sua diversidade, combater a discriminação, apoiar a superação das vulnerabilidades e o ingresso no mundo do trabalho para

que as pessoas se tornem protagonistas na construção de uma vida digna e de um mundo mais solidário e sustentável. Nesse sentido o CCEA promove trabalho de atendimentos a crianças, jovens, adultos e idosos, com abrangência nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Lages e Joinville. Dentre os projetos ofertados pelo CCEA, destacamos quatro os ofertados à juventude: Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, Procurando Caminho, Ritos de Passagem, Programa Jovem Aprendiz.

A Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, serviço de acolhimento institucional a criança e adolescente, organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e Adolescente, funciona 24 horas em unidade inserida na comunidade do Monte Serrat, em Florianópolis. Tem como finalidade acolher e garantir proteção integral à crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre sete e dezessete anos, vítimas de violência ou de negligência familiar e encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude. Os objetivos são romper com o ciclo de violência, fortalecer os vínculos familiares e comunitários; promover acesso à rede assistencial, aos demais órgãos de Garantia de Direito e as políticas públicas setoriais; favorecer o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; promover acesso a programações culturais, de lazer de esportes, e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidade do grupo, além de preservar vínculos, como a família de origem, salvo determinação judicial em contrário; possibilitar a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para superação da dependência social e dominação política. As crianças e adolescentes são encaminhadas para estudos e ações que buscam desenvolver, sobretudo com os adolescentes, condições para independência e o autocuidado.

O Procurando Caminho constitui em ações desenvolvidas para a juventude das comunidades empobrecidas de Florianópolis. Envolvidos com a criminalidade e o narcotráfico, para que encontre outras oportunidades em suas vidas e se tornem protagonista de sua própria história. A maioria dos adolescentes e jovens quando iniciam a participação no Projeto estão fora da escola, não possuem documentos, vivem a margem da família, ou seja, propenso ao ambiente em que vivem e tem forte envolvimento com o narcotráfico. De acordo com O Projeto Político Pedagógico até 2012, 1402 adolescentes e jovens passaram pelo Projeto. Desses 90% voltaram a estudar e 95%, não vendiam e não consumiam nenhum tipo de droga. Esses indicativos incentivaram os representantes do CCEA a buscar apoio junto ao Governo do Estado para

expandir o projeto para outras comunidades. As ações desenvolvidas visam fortalecer a convivência familiar e comunitária, contribuir para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho.

O Ritos de Passagem é um Programa que existe no CCEA desde 2008. O projeto tem como objetivo incentivar e auxiliar no processo de escolarização. Voltado para adolescentes de 15 a 17 anos que buscam fortalecer os vínculos familiares e sociais, elevação escolar e preparação para o primeiro emprego. As atividades acontecem no prédio do Centro Cultural Escrava Anastácia, no bairro Estreito, onde os jovens participam de diversas oficinas com duração de 16h ou 32h com certificação na conclusão de cada oficina. Os temas variam bastante, como por exemplo: orientação profissional, inglês, esportes radicais, jogos cooperativos, mídias sociais, terapias naturais, entre outras. Os jovens participantes do Rito de Passagem recebem vale transporte e lanche no local.

Os jovens frequentam o projeto sempre no período oposto ao da escola, pois é pré-requisito, para serem selecionados, estarem estudando. Ocorre também acompanhamento social com as famílias dos educandos. De acordo com o acompanhamento feito pelos profissionais do CCEA aproximadamente 95% desses jovens são posteriormente encaminhados para a formação como Jovem Aprendiz, este será apresentado nos próximos itens.

A proposta do CCEA é tentar desenvolver ações de caráter continuado, permanente e planejado, com objetivo de capacitar e qualificar profissionalmente pessoas integrantes de comunidades empobrecidas, como adolescentes, jovens e adultos, visando à geração de trabalho, emprego e renda. Nesse sentido, a Instituição visa colaborar para a redução da criminalidade praticada por adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e/ ou autores de infrações penais, oferecendo alternativas de formação, bem como ações de prevenção. As ações esportivas, recreativas, culturais e de lazer são realizadas junto às comunidades empobrecidas. Realiza ações de mediação comunitária de conflitos entre pessoas das comunidades empobrecidas, com proposta de colaborar com a conciliação e reconstrução das relações humanas. Portanto, desenvolve ações que visam contribuir para o exercício pleno da cidadania e dos direitos humanos, em particular das pessoas que vivem situações de discriminação e/ou exclusão social em quaisquer níveis. Desenvolve ações socioambientais e programas de educação ambiental, a fim de solucionar problemas e utilizar de maneira

sustentável os recursos naturais. Contribui para a promoção e a proteção dos direitos humanos de crianças. Adolescentes, jovens, adultos e idosos, com ações e projetos de assessoramento de defesa/garantia de direitos na política nacional de assistência social (PPP, 2013, p.01-20).

Segundo os objetivos do CCEA os projetos visam apoiar e interagir para acolher e estimular a criatividade, a autonomia e a cidadania de adolescentes, jovens, adultos e idosos. Essa atuação coletiva se estende para além da própria rede, interagindo em fóruns ainda mais amplos, onde se analisam e se propõem políticas públicas. O CCEA é uma das entidades integrantes da Rede do Instituto Padre Vilson Groh (IVG). Integra também a Rede do Programa Fortalezas, iniciativa da Fundação Jacobs, em parceria com a fundação SES<sup>6</sup>, que tem por objetivo apoiar a inserção laboral efetiva de jovens em situações de vulnerabilidade.

Os recursos financeiros para a manutenção da instituição e o desenvolvimento das diferentes ações advêm de formas específicas para cada Projeto, pois possuem formas particulares de se manterem, como por exemplo, os projetos sociais que contam com convênios com a prefeitura de Florianópolis e com o Estado. Já o Programa Jovem Aprendiz mantém-se pelas empresas conveniadas que contratam esses jovens. Outros projetos como os abrigos e as casas de acolhimento são mantidos principalmente por meio de doações.

### **3.2 Caracterizações do Serviço Social na Instituição**

O serviço social iniciou nesta instituição devido ao aumento do número de jovens atendidos pelo projeto Aroeira, que é o Consórcio Social da Juventude<sup>7</sup> da Região da Grande

---

<sup>6</sup> A Fundação SES é uma organização social que se dedica a promoção e ao desenvolvimento de diferentes estratégias para a inclusão de adolescentes e jovens com menos oportunidades, trabalhando desde a perspectiva dos direitos desses jovens. A Sigla que dá nome a organização (SES), corresponde a três valores fundamentais da instituição: Sustentabilidade: por seu compromisso com as gerações futuras; Educação: Entendida como motor do desenvolvimento; Solidariedade: Elemento básico da integração social; Caracterização do Serviço Social na Instituição (FUNDESES,2012).

<sup>7</sup> Os Consórcios Sociais da Juventude constituem instrumento para a consolidação da parceria governo-sociedade e como porta de entrada complementar do Programa, a fim de atingir parte do público jovem e garantir a integração das Políticas Públicas de Emprego. Os Consórcios são formados por entidades e/ou movimentos da sociedade civil organizada, com afinidades e interesses comuns. O Ministério do Trabalho e Emprego firma convênio com uma entidade do Consórcio Social da Juventude, identificada como entidade "âncora", podendo a entidade âncora subcontratar outras entidades para a execução das ações previstas no Plano de Trabalho. No caso de Florianópolis, O Centro Cultural Escrava Anastácia foi escolhido como âncora, estabelecendo parcerias com outras entidades locais. Os jovens têm aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo e apoio à elevação da escolaridade, e frequentam uma oficina de capacitação profissional. (RELATÓRIO final do consórcio

Florianópolis (SC), que se configura como uma forma de atuação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) do Governo Federal.

A partir do convênio realizado entre o Centro Cultural Escrava Anastácia e Ministério do Trabalho e Empregos no final do ano de 2005, o CCEA começou a atender um número muito grande de jovens. Naquele período a instituição não contava com uma assistente social nesse projeto. Assim, quando a primeira profissional ingressou na instituição foi designada a atuar em um projeto específico; “Os Frutos do Aroeira”, pois acreditava-se que este projeto necessitava de um olhar mais aprofundado de uma profissional técnica, tendo em vista que os jovens, de maneira geral, estavam envolvidos com a criminalidade e com atos infracionais.

Considerando que nesse período o quadro de assistentes sociais ainda era reduzido, quando necessário a única profissional acompanhava outras situações encaminhadas dos outros projetos integrantes do Centro Cultural Escrava Anastácia. Um exemplo foi o acompanhamento da seleção de jovens do Programa Jovem Aprendiz, para a empresa CELESC (Centrais elétricas de Santa Catarina), pois era necessário ter um parecer da assistente social sobre a situação de cada jovem encaminhado. Logo, ela teve que fazer esses pareceres e acompanhou as reuniões que tinham relação com esses jovens. Todavia, ainda era uma assistente social para dar conta de vários projetos, o que dificultava o andamento desses processos. Com implementação de novos projetos no Centro Cultural, demandou a necessidade de ampliar o número de profissionais do serviço social.

Com a contratação de mais profissionais do serviço social foi possível começar a atender as demandas como, por exemplo, o jovem que enfrenta alguma situação delicada na empresa como excesso de falta, com algum problema que estaria prejudicando a atividade dele na empresa ou até o próprio desligamento desse jovem, todo esse procedimento é feito pela assistente social. Até mesmo a conversa com o jovem e com a empresa, observando cada situação. Depois disso, é feito o relatório dessas conversas e desses encaminhamentos. Além dessas relações com a empresa, tem os jovens do Projeto rito, que ainda não foram para as empresas e que ainda não estão no jovem aprendiz, mas quando acontece alguma situação mais específica que o educador acompanha em sala, nas atividades e vê que o jovem está com algum problema ou

comportamento ou alguma coisa que no contexto do grupo todo que haja uma relação mais complicada, a assistente social faz um atendimento e se ela nota alguma situação, principalmente com questões familiares, às vezes alguma situação escolar, mas em sua maioria é a questão familiar, essa profissional deve intervir e tentar resolver os possíveis conflitos.

O serviço social contribui na articulação da equidade e justiça social de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos e análise socioeconômica no sentido de disseminar conhecimentos sobre a construção de uma metodologia própria que instrumentalize o agir profissional, e, por conseguinte um resultado mais justo. As principais atividades desenvolvidas pelo serviço social são; plano individual de atendimento e; planejamento e se necessário acompanhamento. Os instrumentos utilizados e os procedimentos são: visita domiciliar (se necessário), entrevista, escuta qualificada, elaboração de relatório institucional, cadastro, estudo socioeconômico, estudo social entre outros.

O Serviço Social, como especialização do trabalho, contribui com o Programa a partir de seu referencial teórico-metodológico, compromisso ético-político e dos instrumentais técnico-operativos, intervindo no contexto de trabalho e na coletividade. Assim, no Programa Jovem Aprendiz o objetivo desse acompanhamento aos jovens é promover um processo de integração, e estabelecendo maior proximidade, estimulando-os ao relacionamento interpessoal e troca de experiências em grupo. Além do atendimento com o jovem, com a empresa na qual o jovem atua e com a família. Outras articulações são realizadas com a rede socioassistencial, por exemplo, Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Logo, começa-se a fazer rede de contatos. É válido lembrar que a profissional do serviço social também participa do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, do Fórum Estadual de Erradicação ao Trabalho Infantil (FETI), e do Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional (FOCAP).

### **3.3 O programa Jovem Aprendiz no Centro Cultural Escrava Anastácia**

De acordo com a definição do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu artigo 62, a aprendizagem é compreendida como a formação técnico-profissional ministrada aos

adolescentes ou jovens, conforme as diretrizes e bases da legislação em vigor, implementadas por meio de um contrato de trabalho com foco na aprendizagem. O Programa Jovem Aprendiz está presente no CCEA desde 2006, com base na Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598, de 01 de dezembro de 2005. Esse projeto que tem como critérios a inserção de jovens de 14 a 24 anos. É um Programa voltado para a aprendizagem, cujo objetivo é promover à inclusão social de jovens, por meio de qualificação profissional, preparando-os para desempenhar atividades profissionais, busca a elevação da escolaridade, o aumento do poder aquisitivo pessoal e da família, desenvolvendo-os para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho.

O Programa oferta aos jovens uma formação prática, quatro dias da semana na empresa, e teórica uma vez por semana na Instituição. A carga horária de trabalho do jovem aprendiz pode ser de 4 ou 6 horas diárias para os que ainda não concluíram o ensino fundamental, computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, cuja proporção deverá estar prevista no contrato conforme art. 432, caput, das Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. De acordo com o parágrafo único da mencionada lei, 8 horas diárias no máximo, para os que concluíram o ensino fundamental, computadas as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, ou seja, 6 horas de Aprendizagem prática e 2 de Aprendizagem teórica, por dia. (art. 432, § 1º, da CLT), cuja proporção deverá estar prevista no contrato. Não é, portanto, possível uma jornada diária de 8 horas somente com atividades práticas; (art. 12 da IN - SITNº 97 DE 30.07.2012). Em qualquer caso, a compensação e a prorrogação da jornada são proibidas (art. 432, caput, da CLT). O trabalho não poderá ser realizado em locais prejudiciais e insalubres à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola e o salário não pode ser inferior a meio salário mínimo. O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com duração máxima de dois anos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salário mínimo/hora e todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. O aprendiz contratado tem direito a 13º salário e a todos os benefícios concedidos aos demais empregados. Suas férias devem coincidir com o período de férias escolares, sendo vedado o parcelamento.

A “Lei da Aprendizagem” tende a convergir com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) complementando-o juntamente com outras medidas que emendam a determinação e a

obrigatoriedade da contratação de jovens aprendizes em empresas de médio e grande porte com um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções demandem formação profissional. Ressalta-se, assim, a grande importância de implantação e cumprimento da “Lei da Aprendizagem”, para que os jovens tenham acesso não só ao primeiro emprego, mas também a qualificação profissional, capacitação e formação técnico-profissional e crescimento pessoal.

No CCEA o Programa surgiu com a necessidade de atender jovens de comunidades empobrecidas com vista a elevação da escolaridade, aumento do poder aquisitivo pessoal e da família, e melhoria na qualidade de vida o que muitas vezes contribui para redução da criminalidade. Mas para ingressar nesse Programa é necessário o jovem esteja estudando e ter assiduidade na escola.

Em 2015, participam do Programa Jovem Aprendiz do CCEA, 103 jovens e aproximadamente 40 jovens do Rito de Passagem, sendo que neste último projeto o número cresce diariamente, visto que há novas inscrições ao longo das semanas. No programa jovem aprendiz, os jovens ficam quatro dias na empresa para a formação prática e um dia na ONG para a formação teórica, com carga horária total de 20/horas semanais. O contrato de trabalho dos jovens é temporário e tem duração entre 12 a 24 meses a depender da empresa. Dos 103 jovens aprendizes, 12 são contratados da empresa Koerich Imóveis e executam funções administrativas dentro do CCEA em diferentes setores. Os outros jovens são de diferentes empresas conveniadas como por exemplo, Renner, Supermercados Imperatriz, Bandeira de Advogados, Brokilyn Empreendimentos, Câmara de dirigentes Legistas de Florianópolis (CDL), Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), Colormar, Construhab, Cotisa, Dominik Loja, Hospital de Caridade, Localiza, Orsegups, Quantum, Ric Record, Serpro, Shopping Itaguaçu, Produza, Açougue Central, dentre outras. Os benefícios do Programa Jovem Aprendiz são salário, vale transporte, uniforme, seguro contra acidentes pessoais e em algumas empresas vale alimentação. Para ingressarem no Programa de inserção profissional os jovens normalmente passam pelo Rito de Passagem.

O núcleo de aprendizagem que engloba o Rito de Passagem, Programa Aprendiz e Agência de Inserção é formado por uma Assistente Social, um orientador Pedagógico, uma coordenadora, uma assistente de projetos, dois educadores, uma secretária e três estagiárias, de distintas áreas como: serviço social, pedagogia e psicologia. O acompanhamento do jovem é

realizado por toda equipe. Em situações mais delicadas, como algum problema na empresa ou de cunho familiar, a assistente social, é quem faz o atendimento e os devidos encaminhamentos. Após os atendimentos um relatório é gerado para que se tenha um registro das ações realizadas. Existe uma preocupação de toda equipe em encaminhar o jovem para uma área profissional que seja de interesse do mesmo, e para isso o atendimento individual é fundamental, pois com ele é possível conhecer quais os projetos de vida e interesses os jovens possuem, isso contribui no encaminhamento de cada um, uma vez que se tenta encaminhar esse jovem para uma área de trabalho que ele goste, que seja produtivo para a empresa e vantajoso para o jovem. Com esse método se visa suprir as necessidades demandadas pelos jovens. A entrevista é realizada de forma individual e sigilosa. Além desse acompanhamento individual, são previstas também atividades em grupo, contando com a atuação do Serviço Social, com objetivo de promover a integração entre os jovens, a troca de experiências e o acompanhamento dos mesmos ao Programa.

Portanto, com o auxílio da assistente social do Núcleo, procura-se resolver as questões de maneira responsável e dentro do que rege o Projeto. Por meio das reuniões que são realizadas mensalmente, de forma que possa fazer o planejamento com a equipe do Núcleo (estagiárias de serviço social, pedagogia, psicologias assistente social, coordenadora, secretaria e educadores). Este é um momento de planejar as futuras atividades, discutir e pensar de que forma resolver determinadas situações, bem como para discutir possíveis dúvidas e dificuldades que os profissionais possam estar enfrentando.

#### **4 PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE SOBRE A SUA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO**

Neste capítulo apresentaremos os resultados das entrevistas realizadas com os jovens e adolescentes participantes do núcleo de aprendizagem do CCEA. Com base no roteiro semiestruturado organizados em eixos temáticos que problematizaram: trabalho; Programa Jovem Aprendiz; família; rotina; saúde; lazer; direitos e relações interpessoais. O roteiro encontra-se no Apêndice C deste trabalho e pautou-se nos objetivos desta pesquisa.

Cabe ressaltarmos que dos jovens e adolescentes participantes do Programa, aproximadamente 90% deles são de comunidades empobrecidas que enfrentam diversas vulnerabilidades nos âmbitos culturais, sociais e econômicos. O Programa, até 21 julho de 2015, contava com um universo de 103 jovens e adolescentes admitidos em empresas conveniadas com o Centro Cultural Escrava Anastácia. Diante da inviabilidade temporal e prática para o desenvolvimento desta pesquisa, optamos em realizar o trabalho com 10 jovens e adolescentes que exerciam suas atividades laborativas há mais de seis meses. Em relação às empresas, optou-se por aquelas que agregavam número maior de jovens.

Por questões de sigilo, não serão revelados os nomes dos jovens e adolescentes que participaram da pesquisa. Ressaltamos que, tanto os jovens e adolescentes como seus familiares foram informados quanto ao objetivo desta pesquisa, bem como a coordenação do Programa do Centro Cultural Escrava Anastácia. Das 10 entrevistas programadas, oito foram realizadas. Dois jovens não participaram, sendo que um desse não trouxe a autorização assinada pelos responsáveis e o outro não encontrava presente no momento agendado para as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas nos dias 19, 21 e 25 de maio de 2015 e duraram em média dez minutos cada. Procuramos realizar as entrevistas fora do ambiente de trabalho dos jovens para evitar inibição, desse modo elas ocorreram no dia em que eles realizavam o curso de capacitação profissional, sendo de forma individual, nos períodos matutino e vespertino nas dependências do CCEA.

#### 4.1 Apresentação dos dados e análise dos resultados

Durante a realização das entrevistas semiestruturadas buscamos traçar a caracterização de trabalho dos jovens e adolescentes entrevistados. Deste modo, apresentaremos na Tabela 3 a seguir, a caracterização de trabalho dos jovens com o intuito de possibilitar uma maior aproximação com o universo da pesquisa:

**Quadro 2** – Breve caracterização dos jovens entrevistados

<i>Nome</i> <sup>8</sup>	<i>Idade</i>	<i>Seguimento da empresa em que exerce a função laboral</i>
<i>Ana</i>	18	Segurança
<i>Bia</i>	18	Entretenimento
<i>Claudia</i>	19	Comércio Varejista
<i>Diego</i>	17	Segurança
<i>Fabio</i>	17	Entretenimento
<i>Gustavo</i>	18	Comércio Varejista
<i>Hugo</i>	18	Advocacia
<i>Rafael</i>	16	Comércio Varejista

Fonte: com base nas entrevistas realizadas.

Como explicitamos no primeiro capítulo deste estudo, o trabalho é um componente que dispõe de uma centralidade na vida dos homens. E no decorrer do tempo observamos que sucederam significativas mudanças em relação à definição das concepções referentes ao trabalho e sua finalidade. Para os jovens entrevistados, o trabalho é arquitetado por meio de diversas definições:

*“Trabalho é uma forma de desempenhar uma função no dia-a-dia” (Gustavo).*

<sup>8</sup> Todos os nomes relatados são fictícios e algumas das informações que poderiam permitir a identificação dos jovens também foram suprimidas.

*“Trabalho é o momento em que é possível desenvolver novas formas de atividades, não se prendendo apenas a fazer uma coisa só todo tempo, abrindo muitas opções para fazer varias coisas e aprender varias coisas” (Rafael).*

*“Trabalho é aprender a se comportar, é um aprendizado” (Bia).*

*“Trabalho é oportunidade de exercer algo que tu gosta e receber algo em troca” (Diego).*

*“Trabalho é um aprendizado e a convivência” (Ana).*

*“É uma forma de arranjar dinheiro” (Fabio)*

As falas nos permitem analisar que para estes jovens e adolescentes a aceção de trabalho está vinculada a oportunidade de adquirir desenvolvimento profissional, retorno financeiro além de ocasionar a possibilidade de uma nova posição na sociedade. As definições apresentadas pelos jovens e adolescentes estão intensamente relacionadas às motivações que os levaram a procurar o Programa. Sendo assim, o significado do Programa jovem Aprendiz para os jovens e adolescentes está atrelado ao comportamento, a oportunidade de inserção ao mundo do trabalho, oportunidade de conseguir um emprego e também seguir uma carreira profissional. Os depoimentos dos jovens e adolescentes ilustram estas motivações para participar do Programa:

*“inserção no mundo de trabalho” (Gustavo).*

*“É um programa que dá chance para jovens, e eu acho muito importante, porque conheço várias pessoas que estão na rua e que não tem essa oportunidade. Acho que é uma maneira de fazer a retirada das pessoas (que estão nas ruas) e que não têm muitas oportunidades de arrumar um emprego fixo e ter um bom comportamento na empresa” (Bia).*

*“Eu acho que foi uma nova oportunidade, um método de inserir no mercado de trabalho quem não tinha experiência nenhuma antes” (Diego).*

*“Um programa que tem dado oportunidade aos jovens a seguir uma carreira profissional” (Fabio).*

*“Uma preparação para mercado de trabalho” (Claudia).*

Para os jovens e adolescentes, a busca por uma inserção laboral está ligada intensamente a emancipação econômica. Devido ao fato de que a maioria dos jovens e adolescentes é proveniente de famílias de baixo poder econômico/financeiro. Entretanto, como mencionamos no primeiro capítulo, em que se refere à lógica da produção capitalista, na qual exige novas qualificações ao trabalhador, e estas qualificações profissionais são indispensáveis ao ingresso do jovem no mundo do trabalho. Todavia, não garante a permanência, pois como referimos no cenário de reestruturação produtiva, há dificuldade não apenas em conseguir uma oportunidade de trabalho, mas em desenvolver habilidades que possibilitem a permanência no trabalho. A independência financeira é o fator que, acompanhada ao anseio de adquirir experiência e a condição financeira, levaram a maioria dos jovens e adolescentes a participar do Programa. Como se evidencia nos depoimentos:

*“Porque eu queria arrumar um serviço” (Bia).*

*“Foi à necessidade de ajudar em casa” (Ana).*

*“É que eu não tinha nada para fazer e me inscrever no programa” (Fábio)*

*“Foi a minha própria iniciativa, eu queria muito começar a trabalhar e fui correr atrás e acabei encontrando” (Diego).*

*“A vontade de ter o próprio dinheiro” (Gustavo).*

*“A escola que fez o meu encaminhamento e a minha irmã que me indicou” (Hugo).*

Percebemos que o Programa para estes jovens e adolescentes proporcionou a oportunidade de novas experiências profissionais e a condição financeira influenciou a procura do Programa, de modo que possa contribuir na renda familiar e também ter o próprio dinheiro. Durante as entrevistas, questionamos aos jovens e adolescentes se houve ou há dificuldades para iniciar e permanecer no Programa Jovem Aprendiz. Entre as respostas percebeu-se que a maioria dos jovens e adolescentes não tiveram dificuldades para iniciar, quanto à permanência a maior dificuldade foi à timidez, a impaciência de alguns profissionais na empresa e a passagem pelo Rito de Passagem que foi exemplificado como uma dificuldade:

*“Não tive dificuldade para iniciar, e para permanecer. A única dificuldade foi no começo porque eu sou um pouco tímida, mas depois fui conhecendo e hoje é tranquilo” (Bia).*

*“Não teve dificuldade de iniciar, pois assim, que me inscrevi logo fui chamado para começar no Programa. Não tenho dificuldade para permanência no Programa” (Gustavo).*

*“No meu caso em particular não tive dificuldade, quando me inscrevi logo consegui a vaga, mas não sei como é a situação para outros hoje em dia, e para permanecer já como estou no segundo contrato não tive dificuldade. Já no meu primeiro contrato tive bastante que acabei deixando ele, porque tinha muita gente impaciente dentro daquela empresa” (Diego).*

*“Tive dificuldade, pois passei pelo Rito, que demorou quase um ano para iniciar no Programa Jovem Aprendiz, então muitas vezes pensei em sair do curso e não querer mais trabalhar e para permanecer no Programa tive bastante no início, pois chamavam muito a minha atenção, era chateação” (Hugo).*

Os depoimentos dos jovens e adolescentes evidenciam que as relações estabelecidas no trabalho são extremamente importantes para o seu processo de aprendizagem e formação profissional. Portanto, como já referimos neste estudo, não basta inserir o jovem no mundo laboral, mas também desenvolver atividades de acompanhamento neste procedimento, tanto da instituição como na empresa. Sendo assim, a importância das visitas institucionais que compete às instituições em que esses jovens e adolescentes pertencem.

Segundo Pochmann (2000), a entrada no mercado de trabalho é marcada pela alternância entre procura por trabalho e a passagem por diferentes tipos de educação (relacionadas à formação e qualificação profissional), que em geral, é caracterizada por maior instabilidade e condições de trabalho mais precárias que as do adulto. Sendo assim, as diretrizes e os programas para a inserção ocupacional e formação profissional dos jovens e adolescentes devem levar em consideração as desigualdades de oportunidades, segundo atributos pessoais e socioeconômicos deste segmento da população, para que consigam uma primeira oportunidade de inserção satisfatória.

Durante as entrevistas indagamos quais as atividades os jovens e adolescentes desenvolvem nas empresas, dentre as respostas evidenciou-se que as atividades que desenvolvem são as mais variadas como: a contagem de lojas, distribuição de perfumes, recolhimento de contêiner, planilhas, arquivo de documentos, fotocópias entre outras. Quando estão ociosos procuram aprender coisas novas, segue as narrativas:

*“Desenvolvo varias atividades como: recolhimento de contêiner, contagem de loja, distribuição de perfume entre outras” (Gustavo).*

*“Desenvolvo bastante coisa e aprendo muita coisa, e quando não tem o que fazer estou sempre aprendendo coisas novas. Eu faço tudo um pouco, faço parte do administrativo, da geração, da edição entre outras” (Bia).*

*“Faço algumas planilhas, tiro Xerox e cuido de alguns arquivos, entre outros” (Ana).*

*“Atualmente eu trabalho no RH, então eu fico tomando conta dos arquivos, seleciono, mudo de pastas, vejo a seleção dos demitidos etc” (Diego).*

*“Eu atendo telefone, organizo arquivo, pasta de vestibular, arquivo no computador e aprendo como expandir um projeto na rede social” (Claudia).*

De acordo com os jovens e adolescentes em suas falas, eles desenvolvem varias funções nas empresas, como mencionamos anteriormente, e que estão sempre procurando aprender coisas novas, quando não tem o que fazer. Quando perguntamos para eles se recebiam alguma formação na empresa, a maioria dos jovens e adolescentes responderam que não e os que responderam que recebem percebemos nos depoimentos que confundem as orientações de suas atividades com formação:

*“Sim, eu recebo todas as orientações necessárias para desenvolver as atividades dentro da empresa” (Bia).*

*“Não, nenhuma” (Gustavo).*

*“Sim, todas as orientações são feita, as funções do sistema tudo e bem explicadinho e bem didático” (Ana).*

*“Eu não recebo nenhuma formação” (Fabio).*

*“Sim, o básico e de que forma devo proceder no que tenho que fazer” (Rafael).*

Constatamos que as empresas não fornecem formação para realização de suas atividades, além da formação técnica-profissional que prevê no curso de aprendizagem na instituição, em que eles fazem parte. Certamente os supervisores orientam de que forma devem realizar as

atividades, mas os jovens e adolescentes acabam confundindo com formação. A legislação regulamenta é clara:

A formação técnico-profissional [...] caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho (BRASIL, lei 10.097/00, Inciso IV).

Conforme referimos no primeiro capítulo deste estudo, a inserção dos adolescentes e jovens no mundo laboral precisa-se levar em consideração que o trabalho não pode trazer prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial dos jovens. Como assegura o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Dessa forma procuramos entender como os jovens e adolescentes avaliam o ambiente de trabalho em que estão inseridos e quais as condições oferecem para a realização de suas atividades. Nesse aspecto averiguamos que dos oito entrevistados avaliaram que o ambiente de trabalho é bom. Em relação as condições oferecidas para realizarem suas funções, sete participantes responderam que eram boas, um jovem respondeu que as condições eram ruins, não tendo todos os instrumentos necessários para a realização de suas funções. De acordo com suas declarações:

*“O ambiente de trabalho é bom e as condições são boas” (Ana)*

*“O ambiente é bom e as condições também” (Gustavo).*

*“O ambiente de trabalho é bom, mas já as condições não são boas, pois, falta instrumento de trabalho como exemplo o coletor” (Rafael).*

*“É bom e limpo, tem todos os instrumentos para realizar as minhas atividades” (Hugo).*

No tocante a saúde, questionamos aos jovens e adolescentes se eles tiveram algum problema de saúde após sua inserção no Programa Jovem Aprendiz. De acordo com artigo 6º, a Constituição Federal de 1988, como já mencionamos nesta pesquisa, prevê o direito a saúde junto aos demais direitos como declaração da condição humana e social como podemos evidenciar: Saúde e inserção no Programa Jovem Aprendiz.

De acordo com a entrevista podemos constatar que um dos motivos das doenças pode estar relacionado com as atividades desenvolvidas pelos jovens e adolescentes como, por exemplo, ficar muito tempo exposta ao aparelho de televisão sem nenhuma proteção para sua visão. Segundo as declarações dos jovens e adolescentes:

*“Acho que estou tendo algum problema de visão, pois como fico muito tempo na frente da tela de televisão, estou tendo dificuldade em enxergar e sentido a vista cansada” (Bia).*

*“Sim, tive anemia” (Ana).*

*“Não tive nenhum problema de saúde” (Gustavo).*

*“Nenhum problema de saúde” (Rafael).*

Vale ressaltar que não é objetivo desta pesquisa, mas seria interessante investigar os determinantes que desencadearam os problemas de saúde e se eles estão diretamente ou não relacionados às atividades laborais desenvolvidas pelos jovens e adolescentes. Sendo assim, Por meio da pesquisa indagamos aos jovens e adolescentes se se sentiam respeitados e valorizados pelos demais trabalhadores da empresa. As narrativas indicaram que a maior parte dos jovens se sente respeitados e valorizados. Mas há aqueles que se sentem respeitados, porém não valorizados pelos trabalhadores da empresa na qual exercem a função prática:

*“Sim, pois desenvolvo o meu trabalho direitinho” (Gustavo).*

*“Sim, porque eles me dão bastante atenção, puxam bastante a orelha quando é preciso, elogiam o meu trabalho e porque eu não fico enrolando quando tenho que fazer alguma coisa, eu vou lá e faço” (Bia).*

*“Bastante, pois na empresa eles têm muita paciência, e sabem que os jovens aprendizes não tem o mesmo tempo de trabalho de um funcionário de carga normal, eles respeitam a nossa função e não nos sobrecarregam” (Diego).*

*“Sim me sinto, porque eles reconhecem o nosso trabalho” (Ana).*

*“Sim, por exemplo, tenho uma opinião sobre alguma coisa ou algo que a empresa está fazendo, tenho liberdade para falar. Também me sinto valorizado pelo que faço e sou reconhecido” (Rafael).*

*“Eu me sinto respeitada, mais me sinto pouco valorizada como aprendiz” (Claudia).*

Observamos na fala destes jovens e adolescentes que a maioria se sentem valorizados pelos demais trabalhadores da empresa, não apenas pelas funções que exercem, mas também pelo desenvolvimento de suas atividades laborais. E os profissionais dispõem de sua atenção, paciência, compreendendo os mesmos e dando liberdade para que eles expressem suas opiniões e dúvidas. A satisfação de sentir-se reconhecido pela sua função que desempenha é essencial, uma vez que poderá influenciar positivamente na forma como a atividade laboral será feita. Segundo Merlo (2002), há, no empregado o desejo de que a empresa reconheça o seu esforço e que demonstre o quanto a sua atuação resultou em algo útil para esta.

Como mencionamos no segundo capítulo deste estudo, o foco do Programa Jovem Aprendiz é: “capacitar, inserir e acompanhar os adolescentes no mercado de trabalho, proporcionando um processo de formação contínua, assegurando seus direitos trabalhistas e o exercício da cidadania” (PPP p.01-20). Nesta perspectiva, buscamos verificar, por meio desta pesquisa, se os jovens e adolescentes se sentem parte da sociedade em que vive e de forma. Ressaltamos que esta pergunta para alguns jovens e adolescentes não foi fácil de responder e saber qual seria o significado de fazer parte da sociedade, a seguir ilustra o panorama geral das respostas.

*“Sim, pois depois que comecei a trabalhar tenho total responsabilidade nas despesas de casa” (Gustavo).*

*“Não me sinto parte da sociedade” (Bia).*

*“Sim, porque de certa forma eu contribuo para ela, estou sempre querendo acrescentar algo e fazendo a minha parte tanto no coletivo quanto no meu individual, então acho que participo” (Diego).*

*“Sim, de muitas formas. Eu acho que o tempo todo procurando ajudar alguém de alguma maneira” (Ana).*

*“Sim, porque através do próprio programa jovem aprendiz, tive oportunidade de conhecer melhor a comunidade em eu que vivo, as leis, que tenho direito e o que posso ou não fazer, isso me torna de qualquer forma um membro da sociedade” (Rafael).*

*“Sim me sinto, não sei explicar de que forma” (Hugo).*

Podemos averiguar que para a maioria dos jovens e adolescentes, o significado de fazer parte da sociedade está vinculado ao sentimento de utilidade, oportunidade de conhecer melhor a sua comunidade, as leis, os direitos, o que se deve ou não fazer e a importância para o meio social em que vivem. Segundo Quiroga (2002, p. 35):

[...] para os jovens pobres, o pressuposto da presença/ausência do trabalho na formação de sua identidade guarda relação com suas próprias condições objetivas de existência e com o modo como a sociedade os vê e os avalia. Esse “olhar” da sociedade vendo-os a partir daí classificando-os em categorias de maior ou menor reconhecimento social – de “malandro” a trabalhador honesto –, somado às condições objetivas de suas vidas, faz com que o trabalho continue sendo percebido e incorporado por eles como uma referência de primeira ordem. Referência que está vinculada não somente, pois, à sobrevivência material, mas às possibilidades de reconhecimento social e de alguma realização pessoal.

Compreendemos que nas narrativas dos jovens e adolescentes, há o despertar de uma consciência crítica, de descontentamento frente à realidade que vivem. Como vimos no primeiro capítulo, o modo de produção capitalista é baseado na regra estrita do livre mercado, logo ele é estruturalmente excludente. Conforme Yazbek (2004), ao apresentar uma abordagem conceitual da exclusão, configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída.

Portanto, como já referimos o Programa Jovem Aprendiz é um Programa voltado para a aprendizagem, cujo objetivo é promover à inclusão social de jovens, por meio de qualificação profissional insere no mundo laboral através da Lei 10.097/00, a “Lei da Aprendizagem”. O Núcleo de Aprendizagem é responsável em fazer o acompanhamento destes, jovens e adolescentes. De acordo com o parágrafo único da mencionada Lei, estão especificados os direitos e careceres dos jovens aprendizes. Por meio desta pesquisa também procuramos verificar se os jovens e adolescentes conhecem seus direitos enquanto jovem aprendiz. Percebemos neste

estudo, que os jovens e adolescentes demonstraram bastante dificuldade em responder a esta questão. Alguns afirmaram que não conheciam, ou não lembravam. Outros disseram que conheciam alguns:

*“Não conheço muitos, o que sei são que não podemos carregar peso. Mais lá na empresa carregamos, já reclamamos e nada mudou” (Gustavo).*

*“Sim, conheço alguns direitos, a carteira assinada, fundo de garantia, férias e 13º” (Bia).*

*“Não, bom... Acho que não. Pensando melhor, o que sei que o jovem aprendiz não pode fazer hora extra, que tem direito de falta por diversas coisas e que a escola tem que estar sempre com prioridade e se tiver alguma atividade na escola a empresa tem que nos liberar, como exemplo, uma atividade extraclasse” (Diego).*

*“Sim, conheço mais não lembro” (Ana).*

*“Não conheço todos, o que conheço e que tenho direito a férias depois de 1 (um) ano” (Fabio).*

*“Não conheço meus direitos” (Hugo)*

Segundo o relato dos jovens e adolescentes evidenciou-se que o direito mais citado por eles foi os direitos trabalhistas como a carteira assinada, fundo de garantia, décimo terceiro e férias. Conforme o Art.432 da Lei da Aprendizagem são vedadas a prorrogação e a compensação de jornada de trabalho, ou seja, não é permitido ao jovem aprendiz a realização de hora extra. Outro direito destacado é que os adolescentes não podem carregar peso, mais na empresa na qual exercem a função laboral esse direito não está sendo respeitado como supracitado no depoimento.

Sendo assim, é de extrema importância a fiscalização e a visita institucional nas empresas e acompanhamentos desses adolescentes em suas atividades laborais para que sejam cumpridos os seus direitos. Conforme Quiroga (2002, p. 26), os jovens atualmente representam um dos segmentos mais marcados pelas diferentes questões vividas pelo trabalho contemporâneo. Segundo a autora, sobre eles recaem os maiores índices do desemprego geral; as ocupações precárias; a falta de proteção laboral; a rotatividade de emprego e as exigências crescentes de qualificação para admissão aos novos postos de trabalho. Nesta perspectiva, procuramos, através desta pesquisa, identificar se os jovens e adolescentes estão satisfeitos com a sua inserção no

Programa. Entre os entrevistados, percebemos que todos estão satisfeitos com o Programa e que a maioria dos seus objetivos foram e estão sendo alcançados:

*“Sim, porque o objetivo que tinha era sair do Programa com um emprego, eu já conseguir” (Gustavo).*

*“Estou satisfeita, mas acho que não é a área que eu quero, pois quero uma área que eu possa estar mais em contato com as pessoas e é a área que quero estudar” (Bia).*

*“Sim, pois ele supre todas as necessidades que eu achei que supriria como exemplo: eu queria um emprego que pagasse de acordo com o que eu trabalhasse e que não me deixasse sobrecarregado e não me estressasse e isso está acontecendo. Além de tudo, tem sempre coisas novas chegando e oportunidade de curso, passeio que vai acrescentar muito para mim” (Diego).*

*“Sim, me ajudou bastante no meu desenvolvimento” (Ana).*

*“Sim, porque não é só um a atividade que me rende um salário no final no mês, eu sinto que me acrescenta não só por fazer tudo que faço, tem um propósito, me acrescenta na forma de pensar agir” (Rafael).*

Compreendemos que o estar satisfeito, para alguns jovens e adolescentes, configura-se primeiramente em conseguir uma renda de acordo com a carga horária trabalhada e posteriormente um emprego, sendo efetivado na empresa, além de não lhe deixar sobrecarregado, estressado e que de alguma forma possa acrescentar na hora pensar e agir. Neste sentido, percebemos que o Programa é visto novamente para os jovens e adolescentes como uma oportunidade, mas que alguns não gostariam de trabalhar futuramente na área em que atuam agora. Também é visto sua capacidade de proporcionar uma identidade digna e positiva. Segundo (QUIROGA, 2002) o modo de produção capitalista conseguiu construir uma ideologia positiva sobre a atividade laboral explorado, na qual pessoas consideradas confiáveis e dignas são aquelas que trabalham e que não ficam ociosas. Tal ideologia traz a ideia de que o trabalho assalariado enobrece e que possui qualidades positivas para quem o exerce.

Neste sentido esta ideologia faz com que o trabalhador permaneça submetido à exploração e à alienação, ele perde o controle sobre o processo de produção e do produto do seu trabalho, transformando em mercadoria a sua força de trabalho. Desta forma, o trabalhador passa a ser durante toda a sua vida apenas força de trabalho, sendo que todo o seu tempo disponível tem que ser

empregado no próprio aumento do capital, não restando espaço para descanso, crescimento pessoal, saúde, criatividade.

Por meio desta pesquisa, verificamos que esta ideologia também está presente na vida dos jovens e adolescentes que estão iniciando a sua inserção no mundo de trabalho cada vez mais cedo. Portanto, nesse aspecto questionamos aos jovens, sobre o que eles esperam com esta experiência no Programa Jovem Aprendiz. Entre suas respostas temos que:

*“Que eu consiga me tornar um profissional melhor no futuro e que eu consiga crescer no mercado de trabalho” (Diego).*

*“Espero ganhar mais experiência pessoal e profissional” (Gustavo).*

*“Esperava perder mais a timidez, e estou conseguindo e foi aí que comecei a pensar a fazer psicologia, porque eu comecei a conviver mais com as pessoas e entender mais as pessoas, pois antes eu me isolava dos outros” (Bia).*

*“Esperava arrumar um emprego e consegui, pois serei contratada” (Ana).*

*“Sair do estágio diferente da forma como eu entrei, entendendo melhor a empresa” (Rafael).*

O excerto permite indicar que a experiência no Programa proporcionou a perda da timidez além de auxiliar a se tornarem profissionais melhor no futuro. Durante a entrevista indagamos para os jovens e adolescentes se eles acreditam que a sua inserção no Programa pode lhe proporcionar desenvolvimento profissional e pessoal. Notamos que a maioria dos jovens e adolescentes entrevistados afirmaram acreditar que as experiências profissionais vivenciadas por eles oportunizam o seu desenvolvimento:

*“Eu acredito que sim, porque eu aprendi muita coisa e se não tivesse passado pelo Programa, quando eu começasse a trabalhar ia chegar de paraquedas no mercado de trabalho, eu não ia saber o que fazer e não ia ter noção se estou fazendo bem ou não. Além de muitas das atividades didáticas que a formação desenvolve para aprendemos respeitar a individualidade de cada um e não só como um funcionário robô” (Diego).*

*“Sim, pelo contato com as pessoas e o aprendizado de testemunha diferente, e o que acontece com a vida de cada um, a*

*cada semana apreendemos muitas coisas e também de como lidar com as pessoas e não fazer as mesmas coisas erradas que as pessoas fazem” (Ana).*

*“Sim, pois eu terei algumas experiências e mais conhecimento” (Fabio).*

*“Acredito que o que aprendendo no programa posso praticar lá fora e ajudar a mim mesma como praticando a paciência e conseguindo ver o que está certo ou errado e pensar com mais calma e ver um ponto de vista diferente” (Claudia).*

Para os jovens e adolescentes, de acordo com suas falas, verificamos que a inserção no Programa como já supracitado pode lhes proporcionar um crescimento profissional e pessoal com as atividades didáticas que a formação desenvolve, aprendendo respeitar a individualidade de cada um, como lidar com as pessoas, praticar a paciência e ter noção de como funciona uma empresa. No que se refere à avaliação sobre a conciliação dos jovens em sua função na empresa com os estudos, lazer e família. De acordo com os entrevistados na pesquisa alguns conseguem conciliar tranquilamente as suas funções, por outro lado tiveram jovens e adolescentes que sentem dificuldade em conciliar todas estas funções, principalmente o estudo, lazer e familiar como pode se visto em suas narrativas:

*“Agora que comecei a trabalhar fiquei com pouco tempo para estudar, lazer e a minha família, agora é tudo muito corrido” (Gustavo).*

*“Agora está tranquilo, porque já conclui o ensino médio e não estou estudando, ano passado estava muito corrido, pois eu fazia pré-vestibular e não consegui ter tempo para lazer e minha família, não conseguia conciliar tudo” (Ana).*

*“Eu consigo conciliar tranquilamente tudo” (Rafael).*

*“Consigo conciliar tudo, sou uma pessoa bastante flexível, mais ainda tenho como melhor me organizar para melhorar meu tempo para que seja suficiente para fazer tudo” (Diego).*

Para finalizar, questionamos aos jovens e adolescentes se houve mudanças na sua vida após sua inserção no Programa. Nesta perspectiva é possível verificar nas falas dos mesmos que

teve várias mudanças e que, segundo eles foram positivas, pois, começaram a ter mais responsabilidade, mudanças na sua vida pessoal e uma melhor comunicação:

*“As mudanças foram que comecei a ter mais responsabilidade, eu não ligava muito para coisas e depois que eu comecei a fazer o curso, e durante o ele, fui percebendo que precisa mudar até na empresa” (Bia).*

*“Sim, as mudanças foram positivas, pois agora tenho uma renda, posso ajudar a minha família e comprar as coisas que quero e preciso” (Gustavo).*

*“Sim, eu era muito preguiçosa e irresponsável, agora sei tenho responsabilidade e é mais fácil de administra as coisas na minha vida” (Ana).*

*“A minha vida ficou melhor, eu posso compra minhas coisas e minha mãe está feliz” (Fabio).*

*“A mudança que fiquei mais responsável, compreensível e tenho uma melhor comunicação” (Rafael).*

Conforme as narrativas dos jovens e adolescentes, compreendemos que houve muitas mudanças e que para eles foram de cunho positivo como a responsabilidade, na qual contribuiu na forma de administrar suas coisas, sua vida e também um retorno financeiro, podendo conquistar seu dinheiro, fazendo com que a oportunidade destes jovens e adolescentes satisfaçam suas necessidades. Esta por vezes está ligada ao consumo. Tais necessidades de consumo são motivadas pela lógica do sistema capitalista, com a finalidade de manter um nível de produção constante. Cria-se a percepção de que necessitamos de determinado produto para viver melhor, na qual surgem novos produtos que se tornam indispensáveis e que promovem uma cultura do consumo permanente. Este fator é intensamente evidenciado no cotidiano dos jovens que tem se tornado um rentável e cobiçado alvo para as empresas de bens de consumo.

Deste modo é importante ressaltar o desafio para a efetivação da popularmente conhecida “Lei da Aprendizagem”, de que todas as empresas tenham conhecimento sobre ela e a fiscalização na prática. Além disso, a importância das empresas em garantirem aos aprendizes um bom acompanhamento durante o Programa, na qual seja cumprido os seus direitos enquanto jovem aprendiz, que executem as atividades de acordo com sua condição de aprendiz e também

que possa criar uma política de continuidade para os jovens que anseiam a contratação na empresa, pois muitas vezes, quando chega o término do contrato, o aprendiz é desligado sem qualquer perspectiva de entrada no mercado laboral. Cabe Salientar que os aprendizes com idade de 18 anos completos até 24 anos, não gozam da mesma proteção que os aprendizes com idade inferior a 18 anos, pois de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, que é uma ferramenta importante na proteção da criança e do adolescente contra o exercício de atividades inapropriadas, assegura apenas os aprendizes com idade abaixo de 18 anos, possibilitando deste modo que o empregador repasse as atividades inapropriadas para os aprendizes com idade superior a 18 anos.

Vale problematizar que está previsto na mencionada Lei sobre esta triagem dos aprendizes. Está que fica a cargo das empresas elegerem quais os critérios para a seleção. Dessa forma, pode crescer a diferença de oportunidades entre os jovens de alta e baixa renda, haja vista que as empresas poderão estabelecer os critérios como o grau de escolaridade e a qualidade do ensino que o jovem possui. Incorrendo num círculo vicioso, seletivo e excludente em que estes jovens pobres estão sujeitos. Outro fator é a alteração da Lei, no que se refere a idade, pois a partir do decreto de 2005 a idade mínima se manteve, porém, a idade extrema foi modificada para até 24 anos. Isto de alguma forma favoreceu permitindo que mais jovens pudessem ser incluídos nos programas de aprendizagem profissional. Mas do outro lado, as empresas têm à disposição um maior leque de indivíduos para serem utilizados como mão-de-obra barata, assim reafirmando o padrão toyotista de flexibilização da força de trabalho como já mencionamos nesta pesquisa. Marx (2013) demonstrou em seus estudos que o objetivo do capital é obter cada vez mais lucro (mais-valia), e a única forma de obter de forma radical e intensa é por meio da exploração do trabalhador.

Portando, é possível observar que os jovens da instituição se preocupam e tem interesses com o futuro, principalmente relacionado ao trabalho, estudo e à família. Possuem perspectivas de concluírem seus estudos e se colocarem no mundo laboral. E apesar das dificuldades decorrentes de seus contextos sociais, possuem expectativas de melhores condições para sua vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste estudo, o objetivo central foi conhecer e analisar a compreensão dos jovens em relação ao Programa Jovem Aprendiz e sua inserção no mundo do trabalho sob a ótica dos próprios jovens. Portanto, foi necessário, primeiramente entender o contexto sobre o mundo do trabalho. A partir do modo de produção capitalista sucederam mudanças com a concepção de trabalho assim, como suas finalidades. Salientamos que a crise estrutural do capital, eclodida no final da década de 1970, ocasionou intensas modificações no interior do mundo do trabalho. As variadas formas de produção vivenciadas durante estes processos de transformações, aliadas as inovações tecnológicas e a mundialização do capital, originaram uma reconfiguração nas relações de trabalho e no perfil das empresas e trabalhadores, sobretudo no que se refere à qualificação, o que exacerbou a precarização do trabalho. Perante as requisições por qualificações como polivalência, habilidades e competências, o mercado torna-se cada vez mais competitivo. Estas requisições afetam abertamente aqueles que estão à busca por uma inserção no mundo laboral, principalmente os jovens.

Também realizamos uma abordagem conceitual sobre a inserção do adolescente e do jovem no mundo do trabalho, e dados respectivos à juventude, a importância da inserção laboral de qualidades dos jovens na sua primeira experiência profissional, apresentando, as possíveis implicações do trabalho ao adolescente e ao jovem e as políticas de proteção e de inserção do adolescente e do jovem no mercado de trabalho, bem como um breve resgate sobre estudos alusivos ao Programa Jovem Aprendiz na literatura acadêmica pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Por meio deste estudo, tivemos a oportunidade de contextualizar o Centro Cultural Escrava Anastácia, uma instituição sem fins lucrativos de caráter não governamental que tem a sua atuação voltada ao atendimento nas áreas de assistência social, garantia de direitos, cultural e esportivo no âmbito do Estado de Santa Catarina. Contendo como missão o cuidado a vida em toda a sua diversidade, o combater a discriminação, apoiar a superação das vulnerabilidades e o ingresso no mundo do trabalho na qual as pessoas passam a se tornar protagonistas na construção de uma vida digna e de um mundo mais solidário e sustentável. A instituição desenvolve

diferentes projetos nas áreas de formação, proteção e inserção, destinados ao público infantil, juvenil e terceira idade.

Durante a pesquisa apresentamos a caracterização do Serviço Social no Centro Cultural Escrava Anastácia, assim como a sua atuação no Núcleo de Aprendizagem. Atuação esta que objetiva a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania, garantia dos direitos e a consolidação da democracia, pautando-se no Código de Ética do Profissional de Serviço Social e na Lei de Regulamentação da Profissão. Cabe Ressaltamos que os objetivos do Serviço Social estão concentrados na melhoria contínua, na articulação da equidade, justiça social, assegurar a universalidade aos acessos aos bens de serviços relativo aos programas e políticas sociais, no atendimento de qualidade, na formação dos adolescentes, no exercício da cidadania, no desenvolvimento do ser humano, visando um processo de formação para a vida dos usuários. O profissional do Serviço Social é que detém o conhecimento da realidade na qual está inserido. De acordo com Sousa (2008) o principal instrumento técnico-operativo é esse conhecimento. O autor ressalta que o assistente social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho na medida em que ele atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir um conhecimento sobre essa mesma realidade. E esse conhecimento é, sem dúvida, o seu principal instrumento de trabalho, pois lhe permite ter a real dimensão das diversas possibilidades de intervenção profissional (SOUZA, 2008, p. 127).

Neste estudo buscamos compreender a inserção dos jovens e adolescentes através do Programa Jovem Aprendiz na instituição. O CCEA atua desde 2006, de acordo com a Lei da Aprendizagem. Este projeto que tem como enfoque a aprendizagem e a inserção de jovens de 14 a 24 anos, num viés educativo, cujo finalidade é promover à inclusão social de jovens, por meio da qualificação profissional, preparando para desempenhar atividades profissionais, busca a elevação da escolaridade, o aumento do poder aquisitivo pessoal e da família, desenvolvendo para lidar com a exigência do mundo do trabalho.

Por fim, analisamos a compreensão dos jovens e adolescentes sobre a sua inserção laboral, compreendemos que para eles as significações do trabalho são apresentadas como uma referência essencial na construção de sua identidade social. As motivações que o levam a sua busca por uma oportunidade no Programa na maioria deles, estão atrelados ao anseio de adquirir responsabilidade, experiência, ocupação, a necessidade de contribuir na renda familiar e, sobretudo independência financeira.

O Programa é visto de cunho positiva para os jovens, pois atinge e está atingindo os seus objetivos como supracitados em seus depoimentos e também prepara para o mercado de trabalho, levando a melhoria na relação familiar, na renda, e até maior visibilidade na relação com a escola. Todavia, foi percebido uma fragilidade em relação ao acompanhamento dos jovens e adolescentes iniciantes que são inseridos no mercado, com as dificuldades enfrentadas pelos mesmos para iniciar e permanecer no Programa. Como por exemplo, após o término de contrato em que alguns jovens e adolescentes não sabem o que vão fazer e não têm perspectivas de conseguir se inserir no mundo do trabalho novamente.

Averiguamos também, por meio dos dados coletados, teve jovens e adolescentes que não souberam responder se se sentem parte da sociedade em que vivem e alguns não conhecem os seus direitos enquanto jovem aprendiz. Esta comprovação leva-nos a refletir sobre a possibilidade de que estes jovens e adolescentes não possuem um maior esclarecimento em relação aos seus direitos ou não se reconhecerem como sujeitos de direitos e, portanto não se sentem parte da sociedade em que vivem.

Sendo assim, identificamos a necessidade do Serviço Social pensar e propor ao Núcleo de Aprendizagem o desenvolvimento de ações que viabilizem aos adolescentes inseridos no Programa o acesso à informação e aos direitos sociais, particularmente àqueles relacionados aos jovens, bem como promover iniciativas que permitam à esses jovens e adolescentes não apenas conhecer a Lei da Aprendizagem, mas sim compreender a função social que ela cumpre. Nesse sentido, entendemos que a assistente social em parceria como outras áreas do conhecimento pode promover ações que problematize o exercício da cidadania de forma crítica aos participantes do Programa Jovem Aprendiz.

Portanto, o Programa Jovem Aprendiz executado pelo CCEA, foi avaliado de forma muito importante e essencial na vida desses jovens e adolescentes, pois está lhes proporcionando as tais necessidades evidenciadas pelos mesmos, atuando inteiramente nos impactos quanto à melhoria da sociabilidade dos jovens e adolescentes, também está proporcionado crescimento pessoal e profissional. Logo, este estudo tem a intenção de contribuir para este debate, ressaltando as conquistas para os jovens e adolescentes, para que eles possam torna-se protagonistas de suas próprias vidas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C. ; LIMA, F. S. ; MARTINELLI, C. C. . **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para políticas públicas. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2002. v. 1. 192 p. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>. Acesso em: 14 de maio. de 2015.

ALVES, Giovanni. Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade. In: **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** Ensaios de sociologia do trabalho. Editora Práxis, 2007. Disponível em: <www.giovnianalves.org.br>. Acesso em: 12 de abr. de 2015.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaio de sociologia do trabalho. Cap. 10. Ed. Práxis. Disponível em: <www.giovnianalves.org>. Acesso em: 6 de abr. de 2015.

ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, no. 1, p. 55-59, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, R. Mundo do trabalho e teoria do valor: as formas de vigência do trabalho material e imaterial. In: **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

A Fundação SES Disponível em: < http://www.fundses.org.ar/somos.html>. Acesso em 25. Jan.2015.

BEGE, Gisele Percepções de jovens aprendizes e de seus supervisores sobre competências requeridas na formação para a primeira oportunidade profissional. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

BARROCO, M. L. S.. A historicidade dos direitos humanos. IN: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Ética e direitos:** ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.

BORGES, Regina Célia Paulineli. *Jovem-Aprendiz:* os sentidos do trabalho expressos na primeira experiência profissional. Florianópolis, 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL, LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. **REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. BRASIL, **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

\_\_\_\_\_. BRASIL, **Decreto nº. 5.598 de 1º de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm)>. Acesso em: 12 de abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei n. 5.598 de 01 de dezembro de 2005**. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm)>. Acesso em: 22 de maio. de 2015.

CAMPOS, Franceline Souza. **Projeto Jovem Aprendiz – IDES/PROMENOR: Percepção do adolescente sobre a sua inserção no mundo do trabalho**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas, p.3, 20,21. São Paulo 2014.

Centro Cultural Escrava Anastácia, jan. 2015, Disponível em: <<http://ceea.org.br/blog/index.php/projetos/rito-de-passagem/>> Acesso em jan. 2015.  
Centro Cultural Escrava Anastácia: **Projeto Político Pedagógico, Nova Edição abril de 2013**.

\_\_\_\_\_. **Descrição e Avaliação do Aroeira** – Consórcio Social da Juventude de Florianópolis, em suas três Edições, entre os anos de 2005 a 2008. 2009. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Centro Cultural Escrava Anastácia, jan. 2015, Disponível em: <<http://www2.ceea.org.br/quem-somos>> Acesso em mar. 2015.

**Código de Ética do Serviço Social**. Publicado no Diário Oficial da União nº 60, de 30/03/1993. Alterado pela Resolução do CRESS nº 290, publicado no Diário Oficial da União em 11/02/1994.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Convenção n. 182** da Organização Internacional do Trabalho –OIT. Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação Imediata com Vista à sua Eliminação. Disponível em: <[www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/conv\\_182.pdf](http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/conv_182.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CORROCHANO, M. C. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, F. de C; FREITAS, M . V de (Orgs.). **Juventude em pauta:** Políticas Públicas no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Peirópolis, Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2011.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Juventude:** Diversidade e desafios no mercado de trabalho metropolitano, n. 11, 2005.

DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel:** a infância e adolescência e os direitos humanos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro (RJ),n. 24 p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>

\_\_\_\_\_. Dispõe sobre: A idade mínima de admissão ao emprego. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m%C3%ADnima+de+admiss%C3%A3o+ao+emprego>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

UNITED NATION EDUCATION SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION política pública de/ para /com juventude. Brasília UNESCO 2014.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 65 de 13 de julho de 2010.** Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – 2011**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 14 de abri. de 2015.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2008. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 15 abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2881&busca=1&t=pnad-continua-mostra-desocupacao-7-9-1%C2%BA-tri-2015>>

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.692/08 de 10 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens -Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm)>. Acesso em: 25 maio. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1869.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

MAHL, A. C.; SOARES, D. H. P.; OLIVEIRA NETO, E. de. **POPI –Programa de orientação profissional intensivo**: outra forma de fazer orientação profissional. São Paulo: Vetor, 2005.

MANDELLI, Maria Teresa. **Correndo atrás do meu projeto de vida**: um estudo com participantes do Programa Jovem Aprendiz. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERLO, A. R. C. (2002), Psicodinâmica do trabalho. In: Jacques M.G.; Codo, W (org.). **Saúde mental e trabalho: leituras** Petropolis. Vozes.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURÃO, L; PUENTE-PALÁCIOS, K. E. P. Formação profissional. In: BORGES-ANDRADE, J. E; ABBAD, G. S; MOURÃO, L. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MOTA, Ana Elizabete (org). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. Economia Política: uma introdução crítica/ José Paulo Netto e Marcelo Braz. - 8ª ed. - São Paulo: Cortez, 2012. V. 1.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

PEREIRA, Lenir Konzen Aquino: As condições de trabalho e estudo dos adolescentes inseridos no Programa Jovem Aprendiz da Eletrosul. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

POCHMANN, Márcio. (Org.). **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, M., Amorim, R. (2003). Índice de exclusão social no Brasil. In: Atlas da exclusão social no Brasil de M. Pochmann e R. Amorim (Orgs). (pp. 79- 213). São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher, 2000.

POCHMANN, Márcio. O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: 2001, Boitempo Editorial.

Políticas públicas de/para/com as juventudes. – Brasília: UNESCO, 2004

PROJETO Político-Pedagógico do Centro Cultural Escrava Anastácia. Florianópolis: CCEA, Projeto Editora Popular, 2006.

QUIROGA, C. O (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.7, p.36- 52, jan./jun. 2002.

REALI, José Luiz Soares: **os Recursos Humanos e a Gestão Pela Qualidade Total**. 2004. Dissertação apresentada à escola brasileira de administração pública e de empresas para obtenção do grau de mestre. Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa Curso de Mestrado Executivo. Rio de Janeiro 2004.

RUBIN, I.I. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Maria Izabel da. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social . **A centralidade da categoria trabalho e o trabalho docente voluntário na UFSC**. Florianópolis, SC, 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

SOUZA, Adriana do Nascimento de: A ação do assistente social no Programa Jovem Trabalhador da PROMENOR. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

SOUSA, Charles de Toniolo. **A prática do assistente social**: conhecimento instrumentalidade e intervenção profissional. In: Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao> acessado em maio. de 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência ea Cultura. Disponível em: <[http://www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniaio/index/index\\_2004/politicas\\_publicas](http://www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniaio/index/index_2004/politicas_publicas)>. Acesso em: 08 maio. 2015.

VALENCIA, Adrián Sotelo. A estrutura do mundo do trabalho: superexploração novos paradigmas da organização do trabalho/ Adrián Sotelo Valencia; Tradução de Fernando Corrêa Prado. – Uberlândia: UDUFU, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **TEMPORALIS**. *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. 2 ed., ano 2, n.3, p. 33-39, jan./jul.2001. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Nº: \_\_\_\_\_

Por meio deste documento o (a) Sr(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa *“Programa Jovem Aprendiz - Centro Cultura Escrava Anastácia: Percepção dos Jovens sobre a sua Inserção no Mundo do Trabalho”*, que vem sendo realizado no âmbito do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Sua colaboração neste estudo é **muito importante**, mas a decisão de participar é **voluntária**, o que significa que o Sr. (a) terá o direito de decidir se quer ou não participar, bem como de desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Esta pesquisa tem como **objetivo central** conhecer e analisar a compreensão dos jovens em relação ao Programa Jovem Aprendiz e sua inserção no mundo do trabalho.

Os **objetivos específicos** que corroboraram para esta pesquisa são:

- a) Resgatar a concepção de trabalho;
- b) Identificar as políticas de proteção e de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho;
- c) Identificar o significado do trabalho para os adolescentes e as dificuldades encontradas pelo adolescente quando começaram no Programa;
- d) Conhecer as contribuições e se processo de aprendizagem tem contribuído para o seu desenvolvimento profissional e pessoal e averiguar se reconhecem seus direitos enquanto jovem aprendiz.

Garantimos que será mantida a **confidencialidade** das informações e o **anonimato**. Ou seja, o seu nome não será mencionado em qualquer hipótese ou circunstância, mesmo em publicações científicas. **Não há riscos** quanto à sua participação e o **benefício** seria entender a

percepção dos jovens inseridos no Programa Jovem Aprendiz, a partir do seu cotidiano de trabalho, identificando os impactos e repercussões dos jovens no mundo de trabalho.

**Em caso de dúvida o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável em qualquer momento para tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação por meios dos contatos abaixo listados.**

*Eu: \_\_\_\_\_ declaro estar esclarecido (a) sobre os termos apresentados e consinto por minha livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.*

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

(assinatura do participante)

**Pesquisadora: Rosivane Sousa dos Passo**

**Curso de Graduação em Serviço Social – DSS- CSE- UFSC**

**Contatos: (48) 96885654 / E-mail: rosy-182011@hotmail.com**

**Prof. Orientador: Claudemir Osmar da Silva**

**Departamento de Serviço Social – DSS- CSE- UFSC**

**(48) 3721-9540 ramal 1138 E- mail: asclaudemir@gmail.com**

APÊNDICE - B TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA MENORES DE 18 ANOS

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_ (Rua/Avenida/ \_\_\_\_\_ Travessa/Logradouro) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, telefone de contato nº \_\_\_\_\_ **DECLARO** para os devidos fins de direito que, na qualidade de (pai/mãe/tutor legal) \_\_\_\_\_, autorizo o jovem \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ a participar da pesquisa “**Programa Jovem Aprendiz - Centro Cultura Escrava Anastácia: percepção dos jovens sobre a sua inserção no mundo do trabalho**”, assumindo integralmente a responsabilidade pela sua presença e participação.

---

**Assinatura do responsável**

**Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.**

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Como você define trabalho?
2. O que significa para você o Programa Jovem Aprendiz?
3. Quais os motivos que o levaram a participar do Programa Jovem Aprendiz?
4. Houve ou há dificuldades para iniciar e permanecer no Programa Jovem Aprendiz? Se sim, quais?
5. Quais atividades você desenvolve na empresa?
6. Você recebe alguma formação na empresa?
7. Como você avalia o ambiente de trabalho onde você está inserido? Quais condições oferece para a realização de suas atividades?
8. Você teve algum problema de saúde após sua inserção no Programa Jovem Aprendiz?
9. Você se sente respeitado e valorizado pelos demais trabalhadores da empresa? Por que?
10. Você se sente parte da sociedade em que vive? De que forma?
11. Você conhece seus direitos enquanto jovem aprendiz? Quais?
12. Você está satisfeito com a sua inserção no projeto? Por quê?
13. O que você espera com esta experiência no Programa Jovem Aprendiz?
14. Você acredita que a sua inserção no Programa pode lhe proporcionar desenvolvimento profissional e pessoal? De que forma?
15. Como você avalia a conciliação de sua função na empresa com os estudos, lazer e família?
16. Houve mudanças na sua vida após sua inserção no Programa, quais e por quê?